



UC/FPCE _ 2015

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Estudo sobre a influência da desvalorização pessoal na Sugestionabilidade Interrogativa

Vanessa Seixas Videira (email: vseixasv@hotmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia, área de especialização Psicologia Clínica e Saúde, subárea de especialização em Psicologia Forense, sob a orientação da Prof^a Doutora Maria Salomé Pinho

Estudo sobre a influência da desvalorização pessoal na Sugestionabilidade Interrogativa

As situações de interrogatório policial podem causar sentimentos de desvalorização pessoal nos inquiridos, sendo importante analisar se esta variável pode tornar os sujeitos mais vulneráveis à sugestionabilidade interrogativa. Deste modo, o presente estudo procurou analisar a influência da desvalorização pessoal na sugestionabilidade interrogativa. Assim, foram comparados os resultados obtidos na Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS1) de 2 grupos, constituído cada um por 42 jovens adultos. Os grupos, durante o intervalo de retenção da aplicação da GSS1, executaram uma tarefa de construção de uma torre Lego, sendo ao grupo de controlo permitida a conclusão da tarefa com sucesso, enquanto ao grupo experimental esta era destruída antes de estar pronta, procurando-se, deste modo, induzir experimentalmente a desvalorização pessoal. Pretendeu-se, ainda, averiguar a influência do autoconceito, autoeficácia, empenhamento na tarefa, valor atribuído à opinião dos outros sobre as suas atividades e sentimentos experienciados perante a destruição, na desvalorização pessoal, e consequente efeito na sugestionabilidade interrogativa. Assim, para além da GSS1 foram administrados o Inventário Clínico de Autoconceito e um Questionário *ad hoc* sobre o empenhamento nas tarefas. Os resultados obtidos indicam que os sujeitos que experienciaram sentimentos negativos apresentam maior sugestionabilidade interrogativa do que os sujeitos indiferentes à destruição da torre. Por sua vez, estes sujeitos também apresentaram valores superiores (mas não estatisticamente significativos) nas medidas da sugestionabilidade pré-*feedback* quando comparados aos resultados do grupo de controlo. Estes resultados sugerem que os sujeitos que experienciam internamente desvalorização pessoal são mais vulneráveis às questões sugestivas da GSS1.

Palavras-chave: Sugestionabilidade interrogativa, desvalorização pessoal, interrogatório policial, autoeficácia, autoconceito.

Study on the influence of personal devaluation on Interrogative Suggestibility

The police interrogation situations can elicit feelings of personal devaluation among respondents; therefore, it is important to analyse whether this variable can make the subject more vulnerable to interrogative suggestibility. Thus, this study intends to analyse the influence of personal devaluation on interrogative suggestibility. We compared the results obtained in the Gudjonsson Suggestibility Scale (GSS1) from two groups, each one composed by 42 young adults. The groups, during the delay interval of the application of GSS1, performed a building task of a Lego tower, being the control group allowed to successfully conclude this task, while to the experimental group, the tower was destroyed before it was finished, as a procedure for experimentally inducing feelings of personal devaluation. It is also intended to investigate the influence of self-concept, self-efficacy, task commitment, value assigned to the opinions of others about their activities and feelings experienced towards the tower destruction, personal devaluation and the consequent effect on interrogative suggestibility. In addition to GSS, the Self-concept Clinical Inventory and an ad hoc questionnaire on the commitment to tasks were individually administrated.

The results showed that the subjects who experienced negative feelings have higher interrogative suggestibility than the subjects indifferent to the tower destruction. In addition, these subjects also had superior values (but not statistically significant) in pre-feedback suggestibility measures when compared to the control group. These results suggest that subjects experiencing internally personal devaluation are more vulnerable to suggestive questions of the GSS1.

Key Words: Interrogative suggestibility, personal devaluation, police interrogations police, self-efficacy, self-concept.

Agradecimentos

“Fácil é ser colega, fazer companhia a alguém, dizer o que ele deseja ouvir. Difícil é ser amigo para todas as horas e dizer sempre a verdade quando for preciso.” **Carlos Drummond de**

Andrade

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Salomé Ferreira Estima de Pinto, por todo o apoio e disponibilidade, rigor e sabedoria com que me ajudou e que, apesar de me encontrar longe em Km, esteve sempre perto para esclarecer as minhas dúvidas viabilizando a realização de todo este projeto.

À Cláudia, minha companheira e amiga de sempre, que esteve presente desde o primeiro momento com que me deparei com o tema, até à última etapa, auxiliando em dúvidas mais teóricas, em momentos de maior ansiedade, tendo sido crucial a sua presença durante toda a minha vida académica.

Aos meus pais, por toda a paciência “extra” que tiveram durante este último ano, por todos os ensinamentos que me transmitiram e permitiram ter as “armas” que tenho hoje, e todo o apoio que disponibilizaram.

Às minhas amigas Rute Ferreira, Patrícia Duarte, Ana Sofia Gomes, Andreia Mota, Daniela Almeida, por todas as trocas de opiniões, de medos, de mútuas ajudas, que foram fundamentais nos momentos de desespero.

À minha vizinha de infância, Xana, por todo o apoio e ajuda que disponibilizou, toda a paciência e pelos momentos de lazer que me permitiram ganhar motivação.

Ao meu orientador de estágio, que se mostrou sempre disponível para trocas de horários devido à recolha da amostra, e à Dr.^a Ana Rodrigues, Professora Sílvia e Dr.^o Virgílio pela força e incentivo que me deram no decurso de toda a minha tese.

Um agradecimento muito especial, ao IPJ, que disponibilizou a sala para a recolha da minha amostra.

E por último, mas o mais importante, um grande agradecimento a todos os jovens que disponibilizaram uma hora do seu tempo livre e aceitaram participar no meu estudo, tornando assim possível a realização deste estudo.

Índice

Introdução	1
I – Enquadramento conceptual	1
1. Os Interrogatórios Policiais	1
2. A Sugestionabilidade Interrogativa	4
2.1. Sugestionabilidade interrogativa e fatores sociodemográficos	9
2.2. Sugestionabilidade interrogativa e fatores cognitivos	9
2.3. Sugestionabilidade interrogativa e fatores psicossociais.....	11
3. Desvalorização Pessoal	14
II - Objetivos	16
III – Metodologia.....	17
1. Amostra	17
2. Procedimentos	17
3. Instrumentos e materiais.....	18
3.1. Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson – GSS1	18
3.2. Tarefa de construção Torre de Big Ben da Lego.....	20
3.3. Inventário Clínico de Autoconceito	21
3.4. Questionário <i>ad hoc</i> sobre o empenhamento nas tarefas e a desvalorização pessoal	22
IV - Resultados.....	22
1. Comparação dos diferentes desempenhos entre os grupos de controlo e experimental	22
2. Relação entre resultados do desempenho do grupo experimental	23
3. Comparação dos diferentes desempenhos entre o grupo de controlo e os sujeitos do grupo experimental que experienciaram sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal	26
V - Discussão	27
Conclusões.....	32
Bibliografia.....	35
Anexo: Questionário <i>ad hoc</i> sobre o empenhamento nas tarefas e a desvalorização pessoal	50

Introdução

O interesse, por parte da psicologia forense, na área do testemunho e da confissão tem sido cada vez mais notório, devido à problemática dos erros de identificação e das falsas confissões, que adquiriu maior proeminência com a utilização da tecnologia de ADN nos locais do crime (Gudjonsson, 2010; Wilcock, Bull, & Milne, 2012; Yarmey, 2006).

A memória é uma das funções cognitivas fundamentais na área do testemunho e, por isso, compreender o seu funcionamento e que fatores a podem influenciar é crucial. É na recuperação mnésica que é necessário atender a fatores dos interrogatórios policiais que podem prejudicar o acesso à memória, induzindo em erros e distorções (Pinho, 2008; Wilcock et al., 2012). Segundo Albuquerque e Santos (1999), *“Falar sobre as memórias de um crime pode, paradoxalmente, fazer mais estragos nessa memória do que guardá-la só para si”* (p. 263). A forma como se processam os interrogatórios policiais, a coerção e pressão exercidas nas situações de entrevista, a descredibilização da testemunha, são formas de desvalorização pessoal que provocam sentimentos negativos, de incapacidade, de dúvida que tornam os sujeitos mais vulneráveis às questões sugestivas (Ridley, Gabbert, & Rooy, 2013).

Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a influência da desvalorização pessoal na sugestionabilidade interrogativa. Têm sido realizados diversos estudos para analisar os efeitos de variáveis individuais e situacionais na sugestionabilidade interrogativa, sendo este o primeiro estudo que, procedendo à indução experimental de uma situação de desvalorização no contexto de interrogatório, a procura relacionar com a sugestionabilidade interrogativa.

I – Enquadramento conceptual

1. Os Interrogatórios Policiais

O testemunho e a confissão de um crime constituem elementos de prova com bastante relevância numa investigação criminal, podendo ser cruciais para a condenação do arguido (Correia, 2013; Yarmey, 2006). No entanto,

estes elementos de prova podem não ser obtidos com a máxima precisão e validade tal como se desejaria, pois erros nos testemunhos e falsas confissões têm vindo a ser enfatizados desde as últimas décadas, sendo necessário perceber, por exemplo, o que conduz um inocente a confessar um crime que não cometeu (Kassin, 2005; Kassin, 2008; Kassin, Drizin, Grisso, Gudjonsson, Leo, & Redlich., 2010; Kassin & Gudjonsson, 2004) ou a incluir informação incorreta no seu depoimento. Embora o agente de autoridade possa não ter a intenção de incitar a falsa confissão ou de sugerir uma determinada resposta à testemunha, estas situações acontecem e muitas vezes são fruto dos próprios interrogatórios policiais (Kassin & Gudjonsson, 2004; Meyer & Reppucci, 2007).

Desde o século XIX até 1930, a polícia implementava técnicas de “terceiro grau” para obter informações, que incluíam métodos com elevado grau de violência física e mental (Constanzo, Gerrity, & Lykes, 2007; Irving, 1980 como citado em Drake, 2009; Kassin et al., 2010; Leo, 1992). Todavia, além de levantarem problemas éticos, estas técnicas começaram a ser contestadas nos tribunais, pois verificou-se que não eram muito fiáveis, dando lugar a estratégias de manipulação psicológicas subtis e sofisticadas, e ao uso de truques de persuasão (Kassin et al., 2010; Leo, 1992). Um dos procedimentos mais conhecidos neste âmbito é o “9 Passos de Rein”, em que o primeiro passo é marcado pela confrontação positiva e direta com o suspeito; o segundo engloba o desenvolvimento do tema; o terceiro a manipulação das negações, interrompendo constantemente o suspeito; o quarto a superação das objeções; o quinto tem como objetivo captar e manter a atenção do suspeito; o sexto manipular o humor passivo deste; o sétimo inclui a apresentação de questões fechadas; o oitavo procura conseguir que o suspeito relate oralmente vários detalhes das transgressões; e o último passo pretende converter a confissão oral em escrita (Inbau, Reid, Buckley, & Jayne, 2004). Cada passo inclui vários procedimentos para se obter o pretendido, nomeadamente fornecer incentivos tanto positivos como negativos, confrontar o suspeito com acusações de culpa que podem ser acompanhadas com provas reais ou fabricadas e recusar os alibis e negações deste. O interrogador pode ainda demonstrar simpatia e justificação moral, conduzindo o suspeito a acreditar que a confissão é um meio expedito de fuga, aumentando assim a ansiedade associada à negação e minimizando as consequências percebidas da confissão (Kassin, 2005; Kassin et al., 2007;

Kassin et al., 2010; Meyer & Reppucci, 2007). Além destes procedimentos, as técnicas de interrogatório mais utilizadas são o isolamento do suspeito, conduzindo-o para uma sala de preferência pequena e privada (com o objetivo de aumentar a ansiedade); a identificação de contradições na história do suspeito; o estabelecimento de uma relação de confiança; a confrontação do suspeito com provas de culpa; interrupções frequentes dos seus relatos; a colocação de perguntas com grande rapidez; o uso de questões fechadas; a apresentação de perguntas sugestivas; a minimização da gravidade da transgressão; e a técnica da maximização na qual o interrogador tenta assustar e intimidar o suspeito, de modo a este confessar, exagerando na gravidade da infração e na magnitude das acusações (Kassin et al., 2007; Leo, 1992; Leo & Ofshe, 2001; Pinho, 2008).

O interrogatório policial não se cinge à interação direta com o suspeito, envolve também as expectativas do interrogador que irão conduzir todo o processo. A presunção de culpa leva a ativar um processo de confirmação comportamental e, segundo o estudo de Kassin, Goldstein, e Savitsky (2003), os interrogadores tendem a exercer maior pressão sobre os sujeitos inocentes do que sobre os culpados, usando técnicas mais agressivas e dificultando o comportamento, de modo a conseguirem obter uma confissão de acordo com a sua presunção inicial. Assim, o interrogatório torna-se um processo de interação social liderado por uma figura de autoridade que detém uma crença *a priori* forte sobre o alvo e que mede o sucesso pela sua capacidade de extrair uma confissão (Kassin, 2005).

Todas estas estratégias utilizadas pelos interrogadores são consideradas fatores de risco situacionais para a ocorrência de testemunhos falsos, sendo este risco aumentado na presença de fatores disposicionais do indivíduo interrogado, como a adolescência, a imaturidade, as dificuldades intelectuais, as características de personalidade e a presença de psicopatologia. Estes fatores disposicionais fazem com que a testemunha e/ou o suspeito seja mais vulnerável à pressão, obedecendo com maior facilidade às figuras de autoridade, pois apresenta menos competências de tomada de decisão e planeamento. Tem, ainda, menor capacidade de compreensão da terminologia legal, o que lhe dificulta a comunicação eficaz durante os interrogatórios (Gudjonsson, 2010; Kassin et al., 2010; Meyer & Reppucci, 2007; Owen-Kostelnik, Reppucci, & Meyer, 2006).

Existem algumas teorias que pretendem explicar o porquê das pessoas

fazerem falsas confissões (Gudjonsson, 2003; Kassin & Gudjonsson, 2004). Uma destas é apresentada por Ofshe e Leo (1997), que categorizam as confissões em voluntárias (e.g., confissão em que o próprio sujeito tem consciência e quer realizar) e involuntárias. Nestas últimas, as confissões podem ser por conformidade provocadas por *stress*, as quais surgem devido ao uso excessivo de pressão mental ou física decorrente do próprio interrogatório policial, e que podem ser verdadeiras ou falsas; por conformidade provocada pela coerção, as quais ocorrem em resposta a técnicas de interrogatório focadas em ameaças e promessas; e confissões persuadidas não coercivas, nas quais o suspeito é persuadido pelo interrogador e acredita que cometeu um crime do qual, no entanto, é inocente. Segundo uma perspectiva cognitivo-comportamental, defendida por Gudjonsson (1989 como citado em Gudjonsson, 2003), as confissões resultam de uma relação entre o suspeito, o ambiente e outros elementos significativos, na qual os antecedentes do interrogatório (e.g., *stress*, isolamento social e privação de sono) e as consequências da confissão desempenham um papel fundamental. Tanto os antecedentes do interrogatório como as confissões podem incluir aspetos sociais (e.g., isolamento da família e amigos), emocionais (e.g., sentimentos de culpa e vergonha), cognitivos (e.g., crenças sobre os seus direitos e expectativas) e fisiológicos (e.g., dor, fadiga e excitação). Desta forma, um interrogatório policial pode ser uma fonte de ansiedade, *stress* e persuasão que provoca confusão mental no sujeito, dúvidas na sua memória relativamente ao acontecimento e culpa, levando a um grande número de condenações injustas (Gudjonsson, 2003, 2010; Yarmey, 2006).

2. A Sugestionabilidade Interrogativa

A sugestionabilidade não é um conceito recente. Desde a antiguidade que alguns autores salientam que o ser humano é um “animal sugestionável” (Sidis, 1898 como citado em Ordi & Tobal, 1999). Inicialmente este conceito encontrava-se muito ligado à hipnose, surgindo através de Noitz (1820 como citado em Gudjonsson, 2003) que utilizou o conceito de sugestão para explicar os fenómenos hipnóticos. Este autor partia do princípio que toda a ideia se pode tornar numa ação e, assim, durante a hipnose, quando é sugerido algo, este transforma-se em comportamento.

Deste modo, e impulsionada pelos trabalhos de Bertrand (1823) e Braid (1846), a hipnose passou a ser vista de uma perspectiva mais psicológica. Com Wilhelm Wundt (1892 como citado em Motzkau, 2005) e Alfred Binet (1900) a sugestionabilidade e a memória começaram a surgir como tópicos centrais de uma nova disciplina, a psicologia. Terá sido Cattell (1895) a iniciar as investigações na área do testemunho, mediante a colocação de perguntas sugestivas a jovens universitários, com o objetivo de avaliar o grau de confiança destes nas suas respostas.

Na Europa, Binet (1900) foi das figuras mais emblemáticas na investigação da sugestionabilidade interrogativa fora do âmbito da hipnose tendo realizado testes e experiências com crianças. Concluiu que as crianças seriam sugestionáveis devido a fatores internos, como a autossugestão, e a fatores externos, no caso da indução de sugestão por parte dos outros. Binet também defendeu que inicialmente os erros nas respostas das crianças poderiam dever-se à agradabilidade que estas pretendiam demonstrar perante o experimentador, mas, numa fase posterior, ocorreria uma alteração na memória destas. Porém, para Stern (1904 como citado em Motzkau, 2005) a definição de sugestão estaria ainda incompleta, tendo proposto a diferenciação em “sugestão ativa”, que seria a atividade de sugerir, e em “sugestão passiva” que se refletia no estado psicológico da pessoa, o qual a levaria a sucumbir à sugestão (sugestionabilidade). Em 1908, Munsterberg (1908), considerado o pai do testemunho ocular, observou que muitas testemunhas de boa-fé faziam testemunhos falsos, salientando a necessidade de mais investigação nesta área e de se proceder à reforma do sistema judicial (Pinho, 2002; Ridley, 2013). Noutra vertente, surgiu a primeira definição de sugestão por parte de McDougall (1908), que a retratou como “um processo de comunicação resultando na aceitação, com convicção, da proposição comunicada, na ausência de motivos lógicos para a sua aceitação” (McDougall, 1908, p. 100). Esta definição foi objeto de algumas críticas, pois a sugestionabilidade seria uma tendência para o indivíduo responder de acordo com a sugestão, encontrando-se ligada às características da pessoa, enquanto o termo “sugestão” estaria associado às propriedades do estímulo (Gudjonsson, 2003). Bernheim (1910) expandiu o seu significado para além da hipnose, chamando à atenção que a sugestionabilidade também pode ocorrer durante o estado de vigília.

De acordo com Stern (1910), o responsável por muitos dos testemunhos

falsos seria o autor das perguntas colocadas, em virtude da natureza destas, pois durante as suas experiências com indivíduos dos 7 aos 18 anos concluiu que a forma como se formulam as questões podia produzir respostas distorcidas, que iam ao encontro da informação sugerida. Varendonck (1911 como citado em Ceci & Bruck, 1993; Ridley & Gudjonsson, 2013), na sua prática como perito na avaliação do testemunho de crianças no caso do homicídio de Cecile, verificou, tal como Stern, que as perguntas sugestivas distorciam o relato das crianças, especialmente quando estas eram sujeitas a mais do que um interrogatório. Dando continuidade aos estudos sobre a sugestionabilidade, Lipmann (1911 como citado em Ceci & Bruck, 1993) confirmou as conclusões de Binet, que salientavam que os fatores cognitivos e sociais afetavam a sugestionabilidade das crianças. Porém, as suas investigações foram alvo de bastantes críticas, devido à utilização de estímulos estáticos, os quais podem condicionar a visualização do acontecimento e divergem de uma situação real. Neste sentido, Pear e Wyatt (1914 como citado em Cunha, 2010) criaram um procedimento de investigação de um incidente simulado ao vivo. Durante a época de 1924 a 1963, a investigação na área da sugestionabilidade interrogativa sofreu uma pausa, apenas emergindo nalguns estudos cujo foco era a análise da relação entre a idade, a inteligência e a sugestionabilidade.

Quando se fala de sugestionabilidade e de testemunhos, o estudo das distorções da memória aparece intimamente ligado. O interesse nesta área iniciou-se com Frederick Bartlett, em 1932, o qual propôs explicações para as distorções mnésicas que ocorrem com a sugestionabilidade, nomeadamente o efeito do esquema (e.g., a memória funcionaria como um processo reconstrutivo, que associava os fragmentos passados de acordo com um esquema permitindo construir um episódio), as ilusões de memória e as confusões entre acontecimentos reais e imaginados (Albuquerque & Santos, 1999; Ridley, 2013). Segundo este autor há aspetos na memória que contribuem para a sugestionabilidade interrogativa, nomeadamente o esquecimento de detalhes irrelevantes que conduziria a omissões, a recordação de informação não familiar e trivial, a transformação de detalhes para os tornar mais comuns dando origem a distorções, e a mudança da ordem dos eventos favorecendo as intrusões. Deste modo, na sugestionabilidade interrogativa, o sujeito toma a informação sugerida como real devido à racionalização e transformação que ocorrem na sua memória,

de forma a tornar essa informação mais consistente (Ridley, 2013).

Quanto ao conceito e à classificação da sugestionabilidade, Eysenck (1943) deixou um importante contributo, salientando dois tipos de sugestionabilidade a ter em conta nos testes existentes na altura: a sugestionabilidade primária, correlacionada com o neuroticismo, e a sugestionabilidade secundária, que não estaria ligada à hipnose, e encontraria-se negativamente correlacionada com a inteligência. Em 1945, Eysenck e Furneaux (1945) mencionaram a possibilidade da existência da sugestionabilidade terciária, a qual teria semelhanças com a sugestionabilidade interrogativa, pois envolveria uma atitude de mudança que resultaria da comunicação persuasiva proveniente de uma fonte com prestígio. No entanto, Evans (1967 como citado em Gudjonsson, 2003) observou que não havia diferenças empíricas entre a sugestionabilidade primária e a secundária. De modo a perceber a natureza da sugestionabilidade, Stukat (1958 como citado em Gudjonsson, 2003) realizou alguns estudos com crianças e adultos, considerando que as diferenças individuais deviam ser tidas em conta.

Na década de 70, ocorreram mudanças sociopolíticas, mais propriamente ao nível judicial, passando-se a conceder mais relevância ao papel da testemunha ocular (Cunha, 2010). Por haver necessidade de avaliar a veracidade dos testemunhos, surgiu maior preocupação com os processos de sugestionabilidade interrogativa, o que contribuiu para o aumento da investigação, renovando-se o próprio conceito (Loftus, 2003; Loftus & Bernstein, 2005). Desta forma, emergiram duas grandes abordagens distintas da sugestionabilidade interrogativa. A abordagem experimental, caracterizada pelos estudos de Loftus, enfatiza os processos cognitivos, definindo a sugestionabilidade interrogativa do seguinte modo: “medida em que as pessoas aceitam informação após o evento e a incorporam na sua memória” (1979 como citado em Gudjonsson, 2003, p. 345). Todavia, esta definição levantou alguns problemas, nomeadamente o facto de não ser provado que as pessoas incorporam a informação na sua memória, e por se tratar de uma definição bastante vaga da sugestionabilidade. A outra abordagem da sugestionabilidade interrogativa é a de Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson, 2003), centrada, sobretudo, nas diferenças individuais, sendo determinada por fatores internos e externos. Estes autores definiram a sugestionabilidade interrogativa como “a medida em que, numa

interação social fechada, as pessoas tendem a aceitar a mensagem comunicada durante o interrogatório formal, e em resultado disso a sua resposta comportamental seria afetada” (1986 como citado em Gudjonsson, 1997, p. 1). Neste conceito, incluem-se os seguintes aspetos: a interação social, o procedimento de interrogatório, o estímulo sugestivo, a aceitação da sugestão e a resposta comportamental, tornando a definição de sugestionabilidade interrogativa mais completa (Gudjonsson, 1997). Posteriormente, Ceci e Bruk (1993) definiram a sugestionabilidade interrogativa enquanto influência de fatores sociais e psicológicos sobre as fases de codificação, retenção e recuperação de informações episódicas.

Para se compreender melhor como se processa a informação durante os interrogatórios e de que modo podem surgir distorções da memória, Gudjonsson e Clark (1986 como citado em Gudjonsson, 1997) desenvolveram um modelo teórico para a sugestionabilidade interrogativa, mediante o qual explicam que esta é determinada por estratégias de *coping* que os sujeitos utilizam para lidar com a incerteza, pela confiança interpessoal e pelas expectativas sobre a situação de interrogatório. Assim, quando o entrevistador coloca uma questão, esta será sujeita a processamento cognitivo, por parte do entrevistado, que o tornará mais ou menos vulnerável à sugestão. Tanto a incerteza da resposta, como o facto de confiar ou não no entrevistador e as expectativas que os entrevistados têm sobre saber e fornecer uma resposta definitiva, levam a que estes apresentem uma resposta comportamental resistente ou sugestionável. No entanto, Gudjonsson e Clark referem que há outro tipo de sugestionabilidade interrogativa, além do impacto das perguntas sugestivas, sendo então importante avaliar o grau em que o *feedback* negativo pode alterar as respostas dos entrevistados. Este tipo de *feedback* consiste em fornecer uma instrução de desaprovação e de crítica em relação ao desempenho do indivíduo, que pode distorcer significativamente as resposta deste, levando-o, através da pressão interrogativa, a alterar respostas corretas, em favor de outras incorretas ou distorcidas (Bain & Baxter, 2000; Gudjonsson, 1997, 2003). Assim, após o entrevistador fornecer *feedback* negativo, o sujeito procede novamente a uma avaliação cognitiva, podendo rejeitar o *feedback* ou aceitá-lo tornando-se sugestionável (Gudjonsson, 1997, 2003). Com base neste modelo, Gudjonsson, em 1984 (Gudjonsson, 1984, 1997), construiu a Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS1) e, em 1987, uma versão

paralela (GSS2) desta, com uma finalidade clínica/forense, que seria a de identificar a suscetibilidade das pessoas cometerem erros no relato de acontecimentos quando interrogadas, e com o objetivo de investigação, no sentido de proporcionar um melhor entendimento dos processos de sugestionabilidade interrogativa e, conseqüentemente, a validação do referido modelo teórico (Gudjonsson, 1997; Pires, Silva, & Ferreira, 2013).

2.1. Sugestionabilidade interrogativa e fatores sociodemográficos

Pelo exposto acima, a individualidade está subjacente à sugestionabilidade interrogativa. Cada um interpreta um evento à sua maneira e deixa-se ou não levar, consciente ou inconscientemente, pelo tipo de perguntas e pela pressão sentida. Todavia, apesar de se saber o que é a sugestionabilidade interrogativa, como é que esta ocorre internamente e como se pode medir, há aspetos que ainda não se encontram completamente esclarecidos. Desta forma, nos últimos anos, foram surgindo imensos estudos sobre vários fatores que poderão ou não interferir na sugestionabilidade interrogativa.

A influência da idade dos indivíduos tem sido uma das variáveis sujeita a controvérsias. Alguns estudos indicam que indivíduos mais novos (designadamente, crianças) são mais sugestionáveis do que os mais velhos (Bruck, Ceci, & Hembrooke, 1998; King & Yuille, 1987 como citado em Ceci & Bruck, 1993; Ornstein, Gordon, & Larus, 1992). Outros apontam que indivíduos mais velhos (adultos idosos) são mais sugestionáveis (Ducan, Whitney, & Kunen, 1982; Pires et al., 2013) e outros revelam desempenhos uniformes nas várias faixas etárias (Flin, Boon, Knox, & Bull, 1992). Relativamente ao género, a maioria dos estudos não encontrou diferenças significativas quanto à sugestionabilidade interrogativa (Alexander et al., 2002; Calicchia & Santostefano, 2004; Clark-Stewart, Malloy, & Allhusen, 2004; Davis & Bottoms, 2002; Finnilla, Mahlberg, Santtila, Sandnabba, & Niemib, 2003; Imhoff & Baker-Ward, 1999; Pires et al., 2013; Quas & Shachaff, 2002; Roebbers & Schneider, 2001; Scullin & Ceci, 2001; Vrij & Bush, 2000; Young, Powell, & Dudgeon, 2003).

2.2. Sugestionabilidade interrogativa e fatores cognitivos

O estudo da relação entre a sugestionabilidade interrogativa e a

memória tem seguido dois caminhos: um em que se avalia a relação entre a sugestionabilidade e as medidas tradicionais de memória (e.g., listas de pares associados e amplitude da memória imediata), e outro que procura analisar a relação da sugestionabilidade e a recuperação mnésica de um mesmo evento. Relativamente ao primeiro, na maioria dos estudos não se encontra qualquer relação entre ambas as variáveis (Bruck & Melnyk, 2004; Clark-Stewart et al., 2004; Eisen, Quin, Goodman, & Davis, 2002; Henry & Gudjonsson, 2004). Quando se avalia a correlação entre a sugestionabilidade interrogativa relativa a um acontecimento e a recuperação mnésica do mesmo, têm-se obtido correlações negativas entre as variáveis, concluindo que um melhor desempenho mnésico se encontra associado a menor sugestionabilidade interrogativa (Bianco & Curci, 2015; Ceci & Bruck, 1993; Gudjonsson, 1983 como citado em Gudjonsson, 2003; Henry & Gudjonsson, 2003; McFarlane, Powell, & Dudgeon, 2002; Polczyk, 2005; Singh & Gudjonsson 1992 como citado em Muris, Meesters & Merckelbach, 2004). A força do traço mnésico parece ter alguma influência na vulnerabilidade à sugestão, pois segundo Howe (1991 como citado em Cunha, 2010), um traço mnésico menos forte poderia permitir mais intrusões de fontes externas e assim tornar-se mais permeável à distorção. Porém, os estudos não mostram consenso no que respeita à relação da força do traço mnésico com a sugestionabilidade interrogativa (Connolly & Price, 2006). Há estudos que relatam uma correlação negativa (Endres, Poggenpohl & Erben, 1999; Pezdek & Roe, 1995), e outros que não encontram qualquer relação (Howe & Brainerd, 1989 como citado em Cunha, 2010). No que diz respeito à monitorização da informação da fonte, isto é, à capacidade para identificar a origem dos conhecimentos, o que as pesquisas revelam é que uma pessoa com boa capacidade de monitorizar a fonte apresenta menor grau de vulnerabilidade à sugestão (Giles, Gopnik & Heyman, 2002; Leitchman, Morse, Dixon & Spiegel, 2000; Thierry, Spence, & Memon, 2001).

Relativamente às competências linguísticas, tem sido importante analisar a compreensão vocabular e a capacidade de expressão e de compreensão linguística. Quanto à compreensão vocabular, não se encontra qualquer relação desta com a sugestionabilidade interrogativa (Bruck, Ceci, Francoeur, & Barr, 1995; Burgwyn-Bailes, Baker-Ward, Gordon, & Ornstein, 2001; Imhoff & Baker-Ward, 1999) havendo, no entanto, uma consistência grande entre a capacidade de expressão, a fluência verbal de

crianças e a sugestionabilidade interrogativa (Clarke-Stewart et al., 2004; Danielsdottir, Sigurgeirdottir, Einarsdottir, & Haraldsson, 1993 como citado em Cunha, Albuquerque, & Freire, 2007; Roebbers & Schneider, 2005; Young et al., 2003). Tal relação expressa-se da seguinte forma: quanto menor a capacidade de expressão, maior será a vulnerabilidade à sugestionabilidade interrogativa.

A inteligência surge também como uma variável relacionada com a sugestionabilidade interrogativa: quando existe um déficit intelectual a pessoa é mais vulnerável à sugestão (Geddie, Fradin, & Beer, 2000; Henry & Gudjonsson, 2004, 2007; London, Bruck, Ceci, & Shuman, 2005; McFarlan et al., 2002; Michel, Gordon, Ornstein, & Simpson, 2000; Milne, Clare, & Bull, 2002; Polczyk, 2005). Contudo, quando o QI é normal, a inteligência já não é tão bom preditor da sugestionabilidade interrogativa (Bruck & Melnyk, 2004).

2.3. Sugestionabilidade interrogativa e fatores psicossociais

Numa situação de interrogatório policial, uma vítima, testemunha ou suspeito, pode experimentar elevada ansiedade, sendo assim importante o estudo da relação entre esta característica e a sugestionabilidade interrogativa (Ridley & Gudjonsson, 2013). Diversos estudos têm revelado uma correlação positiva entre ambas, mostrando que sujeitos mais ansiosos tendem a ser mais vulneráveis à sugestão (Gudjonsson, 1988; Gudjonsson, 2003; Gudjonsson, Rutter, & Clare, 1995 como citado em Ridley & Gudjonsson, 2013; Siegel & Loftus, 1978; Wolfradt & Meyer, 1998). Porém, outros estudos têm encontrado resultados opostos, sugerindo que sujeitos em situações mais ansiosas fazem uma melhor apreciação do que está a acontecer oferecendo maior resistência à informação enganosa (Quas et al., 1999; Ridley, Clifford & Keogh, 2002; Ridley & Clifford, 2004, 2006; Shrimpton, Oates, & Hayes, 1998). Segundo o modelo Gudjonsson e Clark (1986, como citado em Gudjonsson, 2003) a aceitação do *feedback* negativo reduz a autoestima e aumenta os sentimentos de ansiedade. Nestas circunstâncias há maior vulnerabilidade à sugestionabilidade, devido à escolha das estratégias de *coping* estar afetada pelo estado emocional. Existem alguns estudos que apoiam esta afirmação, como os de Bain e Baxter (2000), e Baxter e Boon (2000). McGroarty e Baxter (2007)

mostraram que os sujeitos que receberam *feedback* negativo apresentavam maior dificuldade nas entrevistas e maior ansiedade, no entanto não encontraram efeitos significativos. Em 2009, os mesmos autores, realizaram um estudo que tinha como objetivo aumentar a incerteza e a ansiedade dos participantes com baixa autoestima, ao apresentarem *feedback* negativo conjuntamente com uma forma hostil de entrevistar. Também neste caso não se verificaram diferenças significativas. Perante tais resultados, Drake (2014) observou que a ansiedade não está diretamente relacionada com a pressão interrogativa, nem com a presença de perguntas sugestionáveis, nem com o *feedback* negativo, mas se os sujeitos são mais suscetíveis nessas situações, tendo em conta as estratégias cognitivas que utilizam para interpretar a situação. Howard e Hong (2002) e Bain, McGroarty e Runcie (2015) debruçaram-se sobre a influência do tipo de estratégias de *coping* (emocionais ou centradas no problema) na sugestionabilidade interrogativa, encontrando diferenças significativas entre os grupos relativamente à Cedência 1 e à Sugestionabilidade Total. Concluíram que os sujeitos que utilizam estratégias emocionais são mais sugestionáveis do que os sujeitos que se centram no problema. Contudo, Cheng e Cheung (2005) referem que os indivíduos são flexíveis ao uso de estratégias de *coping*, utilizando mais que uma para lidar com a situação.

Outra variável considerada é a autoestima, relativamente à qual a literatura tem mostrado que os sentimentos de incapacidade e a falta de poder estão relacionados com a indução da sugestionabilidade interrogativa, revelando uma correlação negativa entre estas variáveis (Bain & Baxter, 2000; Bain, Baxter, & Fellowes, 2004; Baxter & Boon, 2000; Baxter, Jackson, & Bain, 2003; Gudjonsson & Clarke, 1986 como citado em Ridley & Gudjonsson, 2013). Baxter et al. (2003) concluíram que o aumento da distância psicológica entre o entrevistador e o sujeito pode aumentar a resistência à pressão interrogativa em indivíduos com elevada autoestima. Porém, outros investigadores (Drake, Bull, & Boon, 2008; McGroarty & Baxter, 2009; Smith & Gudjonsson, 1995) não conseguiram encontrar uma relação significativa entre as variáveis em causa. Num dos estudos realizados em Portugal, foram encontradas correlações positivas moderadas entre estes dois constructos (Neves, 2009; Neves, Pinho & Faria, 2011). Silva (2011) não encontrou relações significativas entre o autoconceito e a sugestionabilidade interrogativa, apesar das correlações verificadas serem

positivas com todas as variáveis da GSS, exceto na variável Mudança (neste caso, a correlação foi negativa).

A percepção que os sujeitos têm das suas próprias competências e o seu nível de aceitação social parecem influenciar a sugestionabilidade interrogativa, no sentido em que quanto maior for a confiança que os indivíduos têm em si próprios, menor será a vulnerabilidade à sugestão (Howie & Down, 1996; Vrij & Bush, 2000). No entanto, um estudo de Chae e Ceci (2005) encontrou resultados diferentes, revelando uma correlação positiva entre ambas as variáveis. Relativamente à autoeficácia, Davis e Bottoms (2002) observaram uma relação negativa entre esta variável e a sugestionabilidade interrogativa.

O grau de confiança que os indivíduos depositam no entrevistador, como se mencionou anteriormente, também é fundamental no processo de sugestão (Gudjonsson, 2003). Dodd e Bradshaw (1980) mostraram que quanto menos confiança os sujeitos têm no entrevistador, mais desconfiam da informação fornecida e, assim, menos sugestionáveis se tornam. Desta forma, os indivíduos que desconfiam da experiência são menos vulneráveis à sugestionabilidade interrogativa do que aqueles que não expressam qualquer suspeita (Stricker, Messick, & Jackson, 1967 como citado em Gudjonsson, 2003). Milberg e Clark (1988 como citado em Gudjonsson, 2003) estudaram os efeitos de diferentes estados de espírito (felicidade, humor neutro e raiva) induzidos experimentalmente e concluíram que os sujeitos com raiva eram os menos vulneráveis à sugestionabilidade interrogativa. No entanto, se os estados forem autocentrados, os resultados são inversos, isto é, se a raiva for autocentrada os sujeitos sentem-se menos confiantes, e se a felicidade for autocentrada, estes sentem-se mais confiantes no seu julgamento. Peiffer e Trull (2000) verificaram que indivíduos com estados de humor negativos, quando confrontados com perguntas sugestivas e pressão social, respondem no sentido sugerido.

Outra variável individual em estudo na sugestionabilidade interrogativa tem sido a desejabilidade social, e os resultados têm mostrado correlações positivas entre ambas as variáveis, isto é, pessoas com maior índice de desejabilidade social são mais suscetíveis à sugestionabilidade interrogativa (Ceci & Bruck, 1993; Gudjonsson, 2003; Lee, 2004; Liebman et al., 2002; Richardson & Kelly, 2004; Neves, 2009; Neves, Pinho, & Faria, 2011; Penajoia, 2012; Polczyk, 2005). Contudo, esta relação nem sempre se

revelou significativa (Gudjonsson, Singurdson, & Einarsson, 2004; Haraldsson, 1985 como citado em Gudjonsson, 2003; Pires et al., 2013).

3. Desvalorização Pessoal

Quem somos, o que é que somos e do que somos capazes só é possível ser percebido através da interação social, recorrendo-se à interpretação de informação facultada durante os relacionamentos (Fiske, Kitayma, Markus, & Nisbett, 1998; Markus & Kitayama, 2010; Moses & Duvall, 1960; Oyserman & Markus, 1998). Deste modo, desenvolve-se um conjunto de pensamentos e sentimentos sobre si que permite descrever-se a si próprio, avaliar-se com características positivas ou negativas e apresentar-se perante si e os outros, havendo também um interesse em perceber a forma como cada um é avaliado e percecionado nas interações sociais (Leary & Kowalsky, 1990; Mónico, 2003, Sharma & Sharma, 2012). Todas estas experiências, que ocorrem desde que o indivíduo se forma, estão na base da construção do autoconceito (e.g., percepção que um indivíduo tem de si próprio) e, conseqüentemente, da autoestima e da autoeficácia (Serra, 1995). Esta última, segundo Bandura (1977), corresponde à convicção do indivíduo ser capaz de realizar uma atividade específica. O controlo sobre as crenças de um indivíduo e as atitudes expressas pelo seu comportamento dependem do reforço específico que é apresentado (Bem, 1967). Conseqüentemente, as pessoas procuram agir na melhor posição possível para serem percecionadas positivamente pelos outros, sendo este um pré-requisito para o incremento de esforços e a obtenção de melhores resultados (Mónico, 2003; Owens, 1993).

As pessoas executam tarefas no seu dia a dia que exigem mais esforços, envolvem mais tempo, mais energia psicológica e atenção do que outras, e são estas tarefas que vão ter um significado diferente para quem as executa (Frank, Schreier, & Kaiser, 2010). Cada um desenvolve um sentimento de competência e eficácia que espera ser reconhecido pelos outros como é por si e, assim, poder sentir orgulho e continuar a ação valorizada (Williams & DeSteno, 2008). Quanto maior for o reconhecimento e a percepção da finalidade do que está a realizar, maior será a motivação na execução da tarefa e gastará maior esforço para encontrar estratégias de *coping* que permitam ultrapassar os obstáculos (Ariely, Kamenica, & Prelec, 2008;

Bandura & Cervone, 1989). O sucesso ao completar a tarefa significa que a pessoa cumpriu o objetivo desenvolvendo, deste modo, sentimentos de competência e de controle (Bandura, 1977). Contudo, se algo falha, a atividade é percebida como insucesso, e o sujeito sente que não valeu a pena todo o investimento de tempo e esforço, negando as razões pelas quais deve valorizar o trabalho (Norton, Mochon, & Ariely, 2012; Pierce, Kostova, & Dirks, 2003). Quando as pessoas começam a criticar o seu trabalho e a sua eficácia, tomando consciência de ações pessoais que consideram ser ineficazes e mal sucedidas, desenvolvem sentimentos de desvalorização pessoal (Owens, 1993, 1994). O desempenho fraco, o *feedback* negativo e a destruição do trabalho por outros, podem induzir desvalorização pessoal que se refletirá num desinvestimento de esforço, menor motivação e no provável surgimento de sentimentos de inutilidade, inferioridade, fraqueza, desamparo, ansiedade, ódio, raiva e frustração (Frank et al., 2010; Kemper, 1987; Maslow, 1970; Owens, 1994; Scheff, 1987; Zou, 2012).

De notar que nem todos os indivíduos reagem da mesma forma aos desempenhos negativos. De acordo com Rosenberg (1979 como citado em Soriano, 2000), a autoestima detém um papel importante na regulação de emoções em resposta a comportamentos de sucesso ou fracasso. Segundo a teoria da discrepância, a autoestima é especialmente afetada pelas diferenças entre aquilo que cada um é realmente e aquilo que cada um gostaria de ser. Quanto maior for essa discrepância maior será o sentimento de insatisfação, ineficácia, ansiedade, vergonha e agitação, e menor será a autoestima (Higgins, Klein, & Strauman, 1985). Pessoas com baixa autoestima são mais afetadas pelo confronto negativo do que as pessoas com autoestima elevada, pois enquanto os primeiros tendem a duvidar das suas capacidades após o fracasso, os últimos admitem que falharam naquela tarefa específica, mas tentam compensar esse fracasso, por exemplo, através de qualidades interpessoais (Baumeister, 1982; Bown & Dutton, 1995; Soriano, 2000). As atribuições de cada indivíduo acerca do seu fracasso também têm um papel importante na desvalorização pessoal, pois, se estas atribuições forem sentidas internamente, têm mais implicações ao nível pessoal, com um aumento de emoções negativas, do que se o fracasso for atribuído a causas externas (Roseman, Spindle, & Jose, 1990; Weiner, 1986). Outro fator que poderá ter impacto na desvalorização pessoal é se a pessoa exerce esforço e dispõe de tempo suficientes para sentir a ação realizada como sua, pois sem

isso ela nem sequer efetua qualquer avaliação (Peck & Shu, 2009; Williams & DeSteno, 2008).

Em suma, o sentimento de ineficácia e de desvalorização pessoal pode conduzir a uma atribuição de incompetência em geral, aumentando a desmotivação, o desinvestimento pelo resto da tarefa e a diminuição do rendimento (Ariely et al., 2008; Bacchini & Maglicilo, 2003; Barros, Barros, & Neto, 1993; Peiffer & Trull, 2000).

II - Objetivos

O objetivo principal do presente estudo é analisar a relação entre a desvalorização pessoal e a sugestionabilidade interrogativa. Para tal, procedeu-se à avaliação deste tipo de sugestionabilidade numa amostra de jovens adultos, sujeita a indução experimental de desvalorização pessoal, através da destruição de uma construção Lego antes de estar completamente concluída. Os seus resultados foram comparados com os de uma amostra equivalente que pode terminar a mesma tarefa (i.e., neste caso, não se procedeu à indução de desvalorização pessoal).

Com base neste objetivo e na revisão bibliográfica, formularam-se as seguintes hipóteses principais:

H1: Existem diferenças significativas entre os indivíduos sujeitos à desvalorização pessoal e os indivíduos controlo em relação à sugestionabilidade interrogativa, sendo os primeiros mais vulneráveis.

H2: O grupo experimental, em comparação com o grupo de controlo, apresenta maior pontuação no indicador *Mudança* do que em *Cedência 1*, devido ao *feedback* negativo poder constituir uma fonte adicional de desvalorização pessoal.

Foram ainda formuladas as seguintes hipóteses no que diz respeito ao grupo experimental, i.e., submetido a desvalorização pessoal:

H3: Indivíduos com níveis de autoconceito mais baixos são mais vulneráveis à sugestionabilidade interrogativa, obtendo-se uma correlação negativa entre autoconceito e sugestionabilidade interrogativa.

H4: Sujeitos com resultados mais elevados quanto à autoeficácia apresentam menor vulnerabilidade à sugestionabilidade interrogativa.

H5: Existem diferenças significativas relativamente à sugestionabilidade interrogativa entre indivíduos com sentimentos e

pensamentos negativos perante/após a destruição da construção Lego, e indivíduos que ficam indiferentes perante esse acontecimento.

H6: A desvalorização pessoal tem maior efeito na sugestionabilidade interrogativa de sujeitos que gostam de tarefas de construção Lego do que naqueles que não demonstram esse interesse.

H7: A desvalorização pessoal tem maior efeito na sugestionabilidade interrogativa de sujeitos que valorizam a opinião dos outros acerca das suas tarefas do que naqueles que não valorizam essa opinião.

III – Metodologia

1. Amostra

A amostra é constituída por 84 estudantes do ensino secundário (34 do 10º, 21 do 11º e 29 do 12º ano de escolaridade), com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos, das escolas secundárias da cidade da Guarda.

Os sujeitos foram distribuídos aleatoriamente por duas condições experimentais: o grupo de controlo (sujeitos finalizam a tarefa proposta, sem indução experimental de desvalorização pessoal), e o grupo experimental (sujeitos submetidos à indução experimental de desvalorização pessoal, através da destruição da construção da torre antes de estar terminada). Cada grupo é constituído por 17 sujeitos do género masculino e 25 do género feminino.

Trata-se de uma amostragem não aleatória por voluntariado, visto que os sujeitos que compõem a amostra escolheram fazer parte da investigação.

2. Procedimentos

Para a recolha dos dados deste estudo, foram realizadas sessões individuais com a duração de, aproximadamente, 70 minutos. O procedimento iniciou-se com uma entrevista para recolher informação sociodemográfica, comunicar o objetivo do estudo recorrendo a uma *cover story* (estudo da memória em jovens adultos), e obter o consentimento informado. Posteriormente foi apresentada a gravação da história da GSS1, seguida da Evocação Imediata. Durante o intervalo de retenção de 50 minutos, foi pedido ao sujeito para executar uma tarefa de construção tipo Lego (Torre de Big Ben), e administrado o Inventário Clínico de

Autoconceito. Após este intervalo de retenção, teve lugar a Evocação Diferida, o inquérito da GSS1 (20 questões, *feedback* negativo e novamente as mesmas 20 questões) e um questionário *ad hoc* sobre o empenhamento nas tarefas e a desvalorização pessoal. No final da sessão, foi explicado o verdadeiro objetivo do estudo e pedida confidencialidade para com os colegas. Para o grupo de controlo, o procedimento foi similar, exceto não ter sido administrada a segunda parte do questionário *ad hoc*, que está relacionada com a destruição da torre Big Ben (esta não foi destruída neste grupo).

3. Instrumentos e materiais

3.1. Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson – GSS1

A Escala de Sugestionabilidade de Gudjonsson – GSS (Gudjonsson, 1984, 1997) é um instrumento relato-memória que pretende medir as diferenças individuais na sugestionabilidade interrogativa, nomeadamente a tendência para ceder às questões com sugestão e para mudar as respostas na presença de pressão interpessoal (Gudjonsson, 1997, 2003; Merckelbach, Muris, Wessel, & Koppen, 1998). Como foi referido anteriormente, existem duas formas paralelas, GSS1 e GSS2, que apenas diferem no conteúdo semântico. Neste estudo, foi aplicada a GSS1, pela diversidade de estudos publicados com esta versão da escala, e devido ao conteúdo criminal da história poder captar melhor a atenção dos jovens adultos.

A GSS1 é composta por uma história de um roubo fictício, gravada numa cassete áudio, que posteriormente o sujeito terá que recordar imediatamente após a sua audição (tarefa de evocação imediata), e após um intervalo de retenção de, aproximadamente, 50 minutos (tarefa de evocação diferida). A história é constituída por 40 ideias, cotando-se 1 ponto por cada ideia correta recordada, podendo ser atribuído meio ponto às respostas incompletas ou parcialmente corretas. No fim da tarefa de evocação diferida, o entrevistador coloca 20 questões, das quais 15 são sugestivas. Estas questões sugestivas são compostas por 5 perguntas com sugestões que incluem uma ou mais premissas que criam a expectativa de um certo tipo de resposta, 5 perguntas afirmativas que não contêm premissas ou expectativas mas causam dúvidas no sujeito, e 5 perguntas com alternativas falsas que são

questões de resposta fechada nas quais ambas as alternativas sugeridas são falsas. Após a resposta por parte do sujeito às 20 questões, é apresentado o *feedback* negativo (desaprovação em relação ao desempenho do indivíduo no questionário), e colocadas novamente as mesmas perguntas (Gudjonsson, 1997).

A partir destas escalas é possível obter informações sobre o funcionamento da memória e quatro medidas de sugestionabilidade interrogativa, nomeadamente:

Evocação Imediata - resulta da soma de cada ideia corretamente evocada logo após a apresentação da história; fornece informação sobre a atenção, concentração e capacidade de memória.

Evocação Diferida - ocorre após o intervalo de retenção (50 minutos depois da evocação imediata), e é calculada do mesmo modo que a anterior. A informação fornecida, também é igual à supramencionada.

Confabulações - permite identificar problemas no processamento mnésico, através da substituição de lacunas com informação que as pessoas imaginam e acreditam ser verdadeira. É obtida através da soma das distorções, em que o sujeito altera substancialmente os detalhes das ideias da história original, com as fabricações, que se referem a informação introduzida de um novo elemento, em ambos os ensaios de evocação realizados.

Cedência 1 - refere-se ao número de questões sugestivas a que o sujeito cedeu, antes da apresentação do *feedback* negativo, sendo o máximo de pontuação obtida de 15 pontos (um ponto por informação enganosa que o sujeito aceita com as respostas afirmativas às questões sugestivas).

Cedência 2 - diz respeito ao nível de aceitação da informação enganosa, obtida após a administração do *feedback* negativo, e corresponde ao número de questões sugestivas a que este responde afirmativamente. Esta medida permite saber de que forma a pressão interrogativa afeta a suscetibilidade às sugestões contidas nas perguntas colocadas.

Mudança - corresponde ao número de respostas alteradas (independentemente da direção), após a apresentação do *feedback* negativo; faculta informação sobre a vulnerabilidade do sujeito à pressão interrogativa. É obtida através da comparação das respostas a todas as questões antes e depois do *feedback* negativo, sendo a pontuação máxima de 20 pontos.

Sugestionabilidade Total - permite obter informação do nível global de sugestionabilidade interrogativa do sujeito, e calcula-se somando as

pontuações alcançadas em *Cedência 1* e *Mudança*.

Relativamente às qualidades psicométricas desta escala, verificou-se que quanto à fiabilidade a GSS apresenta boa consistência interna, com resultados de alfa de Cronbach entre .75 e .85 (Merckelbach et al., 1998; Murriss et al., 2004), boa estabilidade temporal teste-reteste, cujas correlações variam entre .55 e .83 (Gudjonsson, 1997; 2003; Merckelbach et al., 1998; Murriss et al., 2004), e um bom acordo inter-avaliadores, a variar entre .724 e .996 (Merckelbach et al., 1998). Quanto à validade a GSS apresenta uma validade preditiva satisfatória (Merckelbach et al., 1998) e uma boa validade de critério (Gudjonsson, 1997, 2003). Gudjonsson (1997, 2003) nas análises fatoriais verificou dois tipos de sugestionabilidade interrogativa: um resultante das perguntas sugestivas e outro da pressão interpessoal. As correlações obtidas entre *Cedência 1* e *Mudança* eram fracas, o que revela que os itens são independentes e saturam em fatores diferentes. Em 2009, Gignac e Powell (2009) estudaram a consistência interna para a subescala *Mudança* através de modulação com variáveis latentes, encontrando uma consistência interna fraca (.60), o que coloca em causa a fiabilidade desta subescala. Na versão Portuguesa, os resultados obtidos da consistência interna são mais baixos do que na versão original, variando de .58 a .82. Relativamente à estabilidade temporal, obtiveram-se correlações significativas em *Cedência 1*, *Cedência 2* e na *Sugestionabilidade Total*, com resultados de .39, .46 e .32, respetivamente. Quanto ao indicador *Mudança* obteve-se um resultado de .11, não se verificando correlações significativas com este indicador (Pires et al., 2013).

3.2. Tarefa de construção Torre de Big Ben da Lego

Para a indução experimental da desvalorização pessoal foi escolhida uma tarefa de construção tipo Lego, de modo a que esta fosse, por um lado, atrativa para os participantes e, por outro, exigisse esforço e tempo. Estas características possibilitam o desenvolvimento da motivação e da pertença por parte do sujeito. A construção Lego - Torre de Big Ben tem uma duração de, aproximadamente, 45 minutos. É constituída por 345 peças pequenas, e a sua construção decorreu com a ajuda do livro de instruções, no qual são indicados os passos necessários para completar a tarefa.

No grupo de controlo permitiu-se que a tarefa de construção da torre

fosse concluída, enquanto no grupo experimental, antes de serem colocadas as 10 últimas peças da torre, esta foi desmontada com impaciência e alguma desconsideração, acompanhada da seguinte instrução proferida num tom irritado “*Já estava a demorar muito tempo e eu preciso das peças para o seu/sua colega que vem a seguir poder construir a torre*”. O objetivo foi o de provocar a desvalorização pessoal.

3.3. Inventário Clínico de Autoconceito

O Inventário Clínico de Autoconceito (ICAC; Serra, 1995) é um instrumento de autoavaliação que tem como objetivo avaliar os aspetos emocionais e sociais do autoconceito, medindo a maneira de ser habitual do indivíduo. É constituído por 20 itens avaliados numa escala de Likert (1-5 pontos), e apresenta dados normativos a partir dos 15 anos de idade. Os resultados obtidos com este instrumento são o resultado global e 6 fatores (fator 1: aceitação/rejeição social; fator 2: autoeficácia; fator 3: maturidade psicológica; fator 4: impulsividade-atividade; os fatores 5 e 6: não têm designação especial). O resultado global pode variar de 20 a 100 pontos, em que a pontuação mais elevada corresponde a um melhor autoconceito do indivíduo. Quanto melhor for o autoconceito, melhor será a perceção positiva que o indivíduo tem de si, o que lhe permite utilizar estratégias de *coping* mais adequadas e perceber o mundo de uma forma menos ameaçadora.

Relativamente às qualidades psicométricas, de acordo com o estudo de Serra (1986), este inventário apresenta uma boa consistência interna com um coeficiente de Spearman-Brown de .791, uma boa estabilidade temporal com uma correlação teste-reteste de .838, e uma validade de constructo significativa, com uma correlação entre a classificação pessoal de autoconceito e o resultado total da escala de .466 que, tendo em conta a amostra de 920 sujeitos, revelou-se significativa. Deste modo, o ICAC é considerado um instrumento válido e sensível ao ajustamento do indivíduo (Serra, 1986, 1995).

A escolha deste instrumento deveu-se à necessidade de avaliar o autoconceito, de analisar o fator de autoeficácia e por ser um instrumento breve, que não fatiga a pessoa e ser adequado para o tempo disponível na sessão.

3.4. Questionário *ad hoc* sobre o empenhamento nas tarefas e a desvalorização pessoal¹

Foi construído para este estudo um questionário, de caráter exploratório, tendo como objetivo permitir analisar o empenho na tarefa de construção Lego e avaliar alguns aspetos que possam influenciar o impacto da destruição da construção na desvalorização pessoal. É composto por 2 partes, a primeira, administrada a todos os sujeitos, é constituída por 11 itens avaliados numa escala de Likert (1-5 pontos), com os quais se pretende conhecer o gosto pela tarefa, a importância atribuída à opinião dos outros sobre o seu trabalho, e o empenho nas atividades que realiza. A segunda parte do questionário, aplicada apenas no grupo experimental, inclui 3 questões de resposta aberta, para avaliar os sentimentos/pensamentos que os sujeitos experienciaram no momento e após a desmontagem da construção, e saber se o sujeito estaria disposto a voltar a realizar esta construção. Pretende-se com esta parte do questionário pós experimental obter informação sobre a desvalorização pessoal sentida pelos sujeitos.

Sendo um instrumento de caráter exploratório, não tem qualquer validação psicométrica, e a análise dos resultados compreende a comparação entre as respostas a este questionário e os resultados obtidos noutros instrumentos administrados durante a sessão.

IV - Resultados

1. Comparação dos diferentes desempenhos entre os grupos de controlo e experimental

Na Tabela 1 são apresentados os resultados da análise comparativa, através do teste *t-student*², dos dois grupos amostrais, para as variáveis relativas à *Sugestionabilidade Total*, *Cedência 1*, *Cedência 2*, *Mudança*, *Evocação Imediata*, *Evocação Diferida*, *Total de Confabulações*, *Autoconceito* e *Autoeficácia*.

¹ Anexo A - Questionário *ad hoc* sobre o empenhamento nas tarefas e desvalorização pessoal.

² Foi cumprido o pressuposto da homogeneidade das variâncias para todas as variáveis analisadas.

Tabela 1. Comparação dos resultados dos desempenhos na GSS1 e nas variáveis autoconceito e autoeficácia nos grupos de controlo e experimental

	Grupo de Controlo		Grupo Experimental		<i>t</i>	<i>p</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Sugestionabilidade total	8.38	3.63	7.95	3.67	0.54	.296
Cedência 1	4.62	2.18	4.83	2.35	-0.43	.33
Cedência 2	6.38	2.51	5.98	3.10	0.66	.256
Mudança	3.76	2.28	3.12	2.15	1.33	.094
Evocação Imediata	16.86	6.31	16.82	5.24	0.03	.489
Evocação Diferida	15.89	5.77	16.27	5.29	-0.32	-.38
Total de Confabulações	0.93	1.26	0.76	1.12	0.064	.26
Autoconceito	75.74	5.12	77.38	6.09	-1.34	.092
Autoeficácia	21.88	2.62	23.17	6.68	-2.27	-.04*

Nota: * $p < .05$

Como se pode observar na Tabela 1, os grupos não apresentam diferenças estatisticamente significativas na *Sugestionabilidade Total*, *Cedência 1*, *Cedência 2*, *Mudança*, *Evocação Imediata*, *Evocação Diferida*, *Total de Confabulações* nem no *Autoconceito*. As amostras apenas se diferenciam significativamente, com um tamanho de efeito pequeno³ ($d = 0.25$), na variável *Autoeficácia*, apresentando o grupo experimental maior autoeficácia.

2. Relação entre resultados do desempenho do grupo experimental

Com o objetivo de analisar associações existentes entre variáveis contempladas nas hipóteses deste estudo e a *Sugestionabilidade Total* procedeu-se ao cálculo do coeficiente de *Pearson* e do *rho* de *Spearman*, de acordo com as características das variáveis utilizadas.

Assim, na Tabela 2, encontram-se os resultados do coeficiente *r* de *Pearson* e os respetivos valores da significância, no que concerne à relação entre a *Sugestionabilidade Total* e as variáveis do *Autoconceito* e da *Autoeficácia*.

³ Segundo a classificação de Cohen (1988); daqui em diante será esta referência utilizada para a magnitude do efeito.

Tabela 2. Correlações Produto-Momento de Pearson entre a Sugestionabilidade Total e as variáveis autoconceito e autoeficácia, no grupo experimental

		Sugestionabilidade Total
Autoconceito	<i>R</i>	-.12
	<i>P</i>	.22
Autoeficácia	<i>R</i>	-.17
	<i>P</i>	.14

Pode-se verificar, na Tabela 2, que as correlações encontradas entre as variáveis de *Autoconceito* e *Autoeficácia* e a *Sugestionabilidade Total* são negativas, muito baixas⁴ e não estatisticamente significativas.

Relativamente à possível influência dos itens respeitantes ao gosto por construções Lego e à importância da valorização da opinião dos outros acerca das tarefas realizadas pelo sujeito na *Sugestionabilidade Total*, apresentam-se na Tabela 3 os resultados do coeficiente do *rho* de Spearman⁵.

Tabela 3. Coeficiente de correlação de Spearman entre itens do questionário pós-experimental e a Sugestionabilidade Total, no grupo experimental

		Sugestionabilidade Total
"Gosto de fazer construções do tipo Lego"	<i>r_s</i>	.04
	<i>P</i>	.4
"Dou importância à opinião dos outros sobre o meu trabalho"	<i>r_s</i>	.05
	<i>P</i>	.383

As correlações observadas entre os itens "Gosto de fazer construções do tipo Lego", "Dou importância à opinião dos outros sobre o meu trabalho" e a *Sugestionabilidade Total* (ver Tabela 3) são positivas, muito baixas e não estatisticamente significativas.

De modo a analisar a existência de diferenças estatisticamente significativas quanto à *Sugestionabilidade Total*, no grupo experimental, entre os sujeitos que experienciaram sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal e os sujeitos que ficaram indiferentes/ culpabilização externa perante⁶ e após⁷ a ação de destruição da construção Lego foi realizada uma comparação através do *t-student*^{8,9}. Estes resultados

⁴ Recorreu-se à classificação de Pestana e Gageiro (2014) para a análise qualitativa de todas as correlações.

⁵ Foi calculado o coeficiente do *rho* de Spearman, visto que as variáveis não seguem distribuição normal.

⁶ No grupo experimental, perante a destruição da construção Lego, 29 sujeitos referiram ter sentido sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal, e 13 referiram ter ficado indiferentes ou fizeram uma atribuição de culpa externa.

⁷ No grupo experimental, após a destruição da construção Lego, 27 sujeitos referiram ter sentido sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal, e 15 referiram ter ficado indiferentes ou fizeram uma atribuição de culpa externa.

⁸ Aqui interessava avaliar as diferenças entre os subgrupos e não as diferenças nos diferentes

encontram-se na Tabela 4. Foram também realizadas análises comparativas relativamente às restantes variáveis da GSS1 e ao *Autoconceito* e *Autoeficácia* (ver também a Tabela 4).

Tabela 4. Comparação dos resultados das variáveis de Sugestionabilidade Total e do Autoconceito e Autoeficácia entre os sujeitos que sentiram sentimentos negativos/ culpabilização interna / desvalorização pessoal e aqueles que ficaram indiferentes à destruição da construção Lego

	Subgrupo de sentimentos negativos/ culpabilização interna /desvalorização pessoal		Subgrupo indiferente/ culpabilização externa		T	P
	M	DP	M	DP		
Perante a destruição						
Sugestionabilidade Total	8.62	3.32	6.46	4.1	1.81	.039 [*]
Cedência 1	5.41	2.18	3.54	2.26	2.55	.007 ^{**}
Cedência 2	6.55	2.97	4.69	3.09	1.85	.035 [*]
Mudança	3.21	2.08	2.92	2.39	0.39	.349
Autoconceito	76.76	6.06	78.77	6.15	-0.99	.16
Autoeficácia	23.07	2.74	23.38	2.29	-0.036	.359
Após a destruição						
Sugestionabilidade Interrogativa	8.63	3.39	6.73	3.95	1.64	.05 [*]
Cedência 1	5.37	2.37	3.87	2.03	2.07	.02 [*]
Cedência 2	6.56	2.86	4.93	3.33	1.66	.05 [*]
Mudança	3.26	1.95	2.87	2.53	0.06	.289
Autoconceito	76.07	6.37	79.73	4.89	-1.93	.03 [*]
Autoeficácia	22.81	2.77	23.8	2.15	-1.19	.12

Nota: *p <.05; ** p <.01

Os dois subgrupos de sujeitos diferenciaram-se significativamente, com um tamanho de efeito grande ($d = 0.84$), quanto à variável *Cedência 1*, perante a destruição da construção Lego e com um tamanho de efeito moderado para as variáveis *Sugestionabilidade Total* (perante a destruição: $d = 0.58$ e após a destruição: $d = 0.52$), *Cedência 2* (perante a destruição: $d = 0.61$ e após a destruição: $d = 0.52$) e *Cedência 1* (após a destruição: $d = 0.67$). Assim, o subgrupo que sentiu sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal apresenta uma média superior aos sujeitos que ficaram indiferentes, nas variáveis *Sugestionabilidade Total*, *Cedência 1* e *Cedência 2* perante/após a destruição da construção Lego. A única variável

momentos. Por outro lado, pretende-se encontrar sujeitos do grupo experimental que em algum momento experienciaram sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal.

⁹ Foram cumpridos os pressupostos da distribuição normal e da homogeneidade das variâncias para todas as variáveis analisadas.

de sugestionabilidade que não apresenta diferenças estatisticamente significativas entre os subgrupos é *Mudança*. Considerando ambos os subgrupos relativamente às variáveis *Autoconceito* e *Autoeficácia*, os sujeitos indiferentes perante a destruição da construção Lego apresentam resultados superiores nestas variáveis, no entanto estas diferenças não são estatisticamente significativas. Após a destruição da torre Lego, os sujeitos que ficaram indiferentes apresentam maior autoconceito do que aqueles que sentiram sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal, sendo esta diferença estatisticamente significativa ($t(40) = -1.93$; $p = .035$), com um tamanho de efeito moderado ($d = -0.64$).

3. Comparação dos diferentes desempenhos entre o grupo de controlo e os sujeitos do grupo experimental que experienciaram sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal

Devido às diferenças significativas encontradas no grupo experimental entre os sujeitos que experienciaram sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal e os que ficaram indiferentes à destruição da construção Lego, considerou-se relevante proceder a uma análise comparativa entre o grupo de controlo e os sujeitos que experienciaram sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal (do grupo experimental)¹⁰. Deste modo, na Tabela 5 são apresentados os resultados desta análise, através do teste *t-student*¹¹, para as variáveis *Sugestionabilidade Total*, *Cedência 1*, *Cedência 2* e *Mudança*.

Tabela 5. Comparação dos resultados do grupo de controlo com os sujeitos do grupo experimental que experienciaram sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal com a destruição da construção Lego

	Grupo de Controlo		Subgrupo sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal		T	P
	M	DP	M	DP		
Sugestionabilidade Total	8.38	3.63	8.7	3.28	-0.39	.35
Cedência 1	4.62	2.18	5.36	2.26	-1.45	.07
Cedência 2	6.38	2.51	6.61	2.88	-0.36	.35
Mudança	3.76	2.28	3.33	2.04	0.85	.2
Autoconceito	75.74	5.12	76.64	6.08	-0.70	.245
Autoeficácia	21.88	2.61	22.94	2.74	-1.70	.046*

Nota: * $p < .05$

¹⁰ O subgrupo de sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal é constituído por 33 sujeitos, que experienciaram estes sentimentos perante/após a destruição da construção tipo Lego. O grupo de controlo inclui todos os sujeitos ($n = 42$).

¹¹ Foi cumprido o pressuposto da homogeneidade das variâncias para todas as variáveis

Não foram encontradas quaisquer diferenças estatisticamente significativas nas variáveis da GSS1 entre o grupo de controlo e o subgrupo experimental de sujeitos que experienciou sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal com a destruição da construção Lego (ver Tabela 5). No entanto, para a variável *Cedência 1* a diferença encontrada pode ser considerada marginalmente significativa ($t(73) = -1.45$; $p = .07$), com um efeito de magnitude pequena ($d = -0.33$). Além disso é importante salientar que todas as médias dos sujeitos que sentiram sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal perante/após a destruição da construção Lego (exceto quanto à variável *Mudança*) são superiores às médias do grupo de controlo (embora, repetimos, não significativamente diferentes estatisticamente), o que não se verifica quando é considerada a totalidade do grupo experimental. Obteve-se uma diferença estatisticamente significativa quanto à variável *Autoeficácia* (ver Tabela 5), com uma magnitude pequena ($d = -0.39$) continuando o subgrupo experimental a apresentar resultados mais elevados nesta variável do que o grupo de controlo.

V - Discussão

A situação de interrogatório policial está marcada pela pressão interrogativa, manipulação psicológica e falsas acusações que são fonte de ansiedade, *stress*, maior vulnerabilidade e desvalorização pessoal. Várias das técnicas utilizadas neste contexto põem em causa a eficácia da inquirição, o tempo e o esforço despendidos para que o sujeito recorde, o melhor possível, os acontecimentos. Podem, ainda, conduzir ao desenvolvimento de sentimentos de inutilidade, fraqueza, ansiedade, raiva e frustração (Gudjonsson, 2003, 2010; Maslow, 1970; Owens, 1993, 1994). Estes sentimentos de desvalorização pessoal podem levar a uma generalização da incompetência do sujeito, ocorrendo maior desmotivação, desinvestimento nas tarefas, diminuição do rendimento (Ariely et al., 2008) e interferência na seleção/utilização de estratégias de *coping* que influenciam o processo mnésico e que estão, muitas vezes, na origem de confissões ou testemunhos falsos (Bacchini & Maglicilo, 2003; Barros, Barros, & Neto, 1993; Gudjonsson, 2003; Peiffer & Trull, 2000).

analizadas.

Com o presente estudo pretendeu-se analisar a influência da desvalorização pessoal na sugestionabilidade interrogativa, medida pela GSS1, em jovens adultos, comparando-se dois grupos, um constituído por jovens sujeitos a indução experimental de desvalorização pessoal e um outro constituído por jovens que não foram sujeitos a esta manipulação. Analisaram-se ainda alguns fatores que podem ter influência na sugestionabilidade interrogativa, como o *Autoconceito*, a *Autoeficácia*, e também as atribuições e sentimentos que cada indivíduo experienciou perante a destruição da torre Lego, o valor atribuído à opinião dos outros sobre as suas atividades e o envolvimento na tarefa proposta.

A primeira hipótese deste estudo previa a presença de diferenças estatisticamente significativas entre os indivíduos sujeitos a desvalorização pessoal e os indivíduos controlo, em relação à sugestionabilidade interrogativa, devendo os primeiros apresentar valores mais elevados de sugestionabilidade. Esta hipótese não foi corroborada, pois nenhuma das diferenças observadas alcançou o limiar de significância estatística. Uma vez que a única medida de sugestionabilidade interrogativa com valores superiores no grupo experimental (mas não estatisticamente significativos) foi *Cedência 1*, este resultado pôs em causa a segunda hipótese deste estudo, que apontava para a existência de uma maior pontuação no grupo experimental no indicador *Mudança* do que em *Cedência 1*. Previa-se, então, que o *feedback* negativo poderia ser uma segunda fonte de desvalorização pessoal, aumentando os sentimentos negativos, afetando as expectativas e as estratégias utilizadas perante a pressão interrogativa (Bain & Baxter, 2000; Baxter & Boon, 2000; Gudjonsson & Clark, 1986 como citado por Gudjonsson, 1997; Gudjonsson & Lister, 1984 como citado por McGroarty & Baxter, 2009), o que parece não ter sucedido no presente estudo.

As diferenças individuais de como os sujeitos percecionam o fracasso podem influenciar o sentimento de desvalorização pessoal. Deste modo, na terceira e quarta hipóteses formuladas antecipou-se a existência de uma relação negativa entre o *Autoconceito* e a *Autoeficácia* com a sugestionabilidade interrogativa, nos sujeitos submetidos à desvalorização pessoal. Estas duas hipóteses também não foram corroboradas, uma vez que não foram encontradas correlações significativas. Relativamente à *Autoeficácia*, os resultados obtidos vão ao encontro dos de Davis e Bottoms (2002) que registaram uma relação negativa entre estas variáveis nas

crianças mais velhas, também esta não estatisticamente significativa. Quanto ao *Autoconceito*, o registo de correlações negativas, mas não estatisticamente significativas, com a *Sugestionabilidade Total* surgiu também noutros estudos (Correia, 2013; Drake et al., 2008; McGroarty & Baxter 2009; Smith & Gudjonsson, 1995), apesar de na literatura serem vários os estudos que encontraram uma correlação entre estas variáveis. Deste modo, Drake et al. (2008) justificaram a ausência de correlações significativas devido aos sujeitos poderem ter enviesado as respostas ao inventário que avalia a autoestima, exagerando os atributos positivos em detrimento dos negativos. Nos estudos de Silva (2011) e Correia (2013) foi avaliado o autoconceito e também não foram registadas correlações significativas entre estas variáveis. As autoras consideraram a diferença conceptual entre autoestima e autoconceito como podendo contribuir para compreender este resultado: nos estudos em que foi observada a correlação em causa, foi avaliada a autoestima (e.g., apenas o aspeto emocional do autoconceito).

Esperava-se que os sujeitos que atribuem o seu fracasso a causas internas e que experienciam mais sentimentos negativos, além de terem maior propensão para sentirem desvalorização pessoal, fossem mais vulneráveis à sugestionabilidade interrogativa do que os que atribuem o fracasso a causas externas e experienciam indiferença ao acontecimento, de acordo com a formulação da hipótese cinco deste estudo. Esta hipótese foi corroborada (cf. Tabela 4), tendo sido encontradas diferenças significativas entre o subgrupo que experienciou sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal e o subgrupo indiferente/ culpabilização externa, relativamente à *Sugestionabilidade Total*, *Cedência 1* e *Cedência 2*. Também se verificou, que o subgrupo indiferente/ culpabilização externa apresenta resultados superiores no *Autoconceito* e *Autoeficácia* comparativamente com o subgrupo de sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal. No entanto, as diferenças apenas são estatisticamente significativas entre os subgrupos relativamente ao *Autoconceito* após a destruição da torre Lego. Baumeister (1982), Bown e Dutton (1995), e Soriano (2000) observaram que pessoas com baixa autoestima são mais afetadas pelo confronto negativo do que as pessoas com autoestima elevada. Estas diferenças significativas entre os subgrupos do grupo experimental podem contribuir para explicar que a primeira hipótese

não tenha sido corroborada. O facto do grupo experimental ser composto por sujeitos com níveis de autoconceito variáveis, que experienciaram sentimentos diferentes e atribuíram causas internas ou externas ao fracasso poderá estar na base de um grau de desvalorização pessoal diferente. Deste modo, o impacto da desvalorização pessoal na sugestionabilidade interrogativa teria sofrido a interferência do subgrupo indiferente/ culpabilização externa. Neste contexto, procedeu-se à análise de diferenças relativas à sugestionabilidade interrogativa entre o grupo de controlo e o subgrupo experimental de sujeitos que em qualquer dos dois momentos tinham experienciado sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal (cf. Tabela 5). No entanto, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas, apesar de todas as médias do subgrupo dos sujeitos que sentiu desvalorização pessoal ser superior às médias do grupo de controlo, o que não se verifica quando considerada a totalidade dos sujeitos do grupo experimental. Apenas em *Cedência 1*, a diferença observada é marginalmente significativa ($t(73) = -1.45, p = .07, d = -0.33$). Este resultado vai, de certa forma, ao encontro dos resultados de Milbert e Clark (1988 como citado em Gudjonsson, 2003), em que os sujeitos com raiva autocentrada foram mais vulneráveis à sugestionabilidade interrogativa, e, de algum modo, de Peiffer e Trull (2000), que verificaram que indivíduos com estados de humor negativos quando confrontados com pressão interrogativa eram incapazes de resistir à pressão, respondendo no sentido sugerido. Por outro lado, o facto de não se terem verificado diferenças significativas nos indicadores *Cedência 2* e *Mudança*, sucedeu também em estudos de Howard e Hong (2002), que observaram que o grupo que utilizou estratégias de *coping* emocionais apresentava maior sugestionabilidade interrogativa do que o grupo que recorreu a estratégias de *coping* focadas no problema, para *Cedência 1* e *Sugestionabilidade Total*. Estes autores concluíram que apenas as variáveis pré-*feedback* são afetadas pelas diferentes estratégias de *coping*. Bain e et al. (2015) obtiveram resultados similares, num estudo que pretendia investigar o papel das estratégias de *coping* e autoestima na sugestionabilidade interrogativa. Para estes autores, os sujeitos seriam mais vulneráveis às perguntas sugestivas do que ao *feedback negativo*, sendo as medidas pós *feedback* mais sensíveis às variáveis sociais, como a agressividade do entrevistador e o distanciamento social, enquanto as variáveis pré-*feedback* estariam mais relacionadas com

as estratégias de *coping* utilizadas. Há ainda a considerar que os resultados obtidos no presente estudo podem ser explicados pela diminuição do grau de confiança depositada no entrevistador, após a indução de desvalorização pessoal e do *feedback* negativo poder constituir uma nova fonte de desvalorização pessoal, conduzindo os sujeitos a desconfiar da informação fornecida e, conseqüentemente, haver uma menor *Mudança*. A relação entre diminuição da confiança e decréscimo do indicador *Mudança* foi observada em alguns estudos (Dodd & Bradshaw, 1980; Stricker, Messick, & Jackson, 1967 como citado em Gudjonsson, 2003). A variável *Autoeficácia* parece também poder ter contribuído para não se terem detetado diferenças significativas entre os grupos quanto à sugestionabilidade interrogativa, visto que tanto os sujeitos do grupo experimental, como os do subgrupo sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal apresentam *Autoeficácia* superior comparativamente ao grupo de controlo. A *Autoeficácia* e a sugestionabilidade interrogativa, segundo Davis e Bottoms (2002), estão correlacionadas negativamente.

Foi também analisada a relação entre o empenho na tarefa (nomeadamente, o gosto pela construção Lego) e a *Sugestionabilidade Total*, formulada na hipótese seis. O envolvimento do sujeito, a sua motivação e a perceção da finalidade da tarefa, são aspetos essenciais para a ocorrência de valorização do trabalho realizado e, com a destruição da torre, a indução da desvalorização pessoal (Ariely et al., 2008; Norton et al., 2012; Williams & DeSteno, 2008). Não se obtiveram correlações significativas entre estas duas variáveis, pelo que esta hipótese não foi corroborada.

Relativamente à sétima e última hipótese, era esperada uma correlação significativa entre o item “Dou importância à opinião dos outros sobre o meu trabalho” e a *Sugestionabilidade Total*, a qual não foi registada. Para estes resultados respeitantes às previsões incluídas nas hipóteses 6 e 7 poderá ter contribuído a dimensão pequena da subamostra, com a conseqüente diminuição da variabilidade.

Como limitações deste estudo pode ser salientado o facto de a amostra não ser representativa da população jovem estudante portuguesa, pois procedeu-se a uma amostragem não aleatória por voluntariado. Há que considerar também a possibilidade do procedimento utilizado para a indução da desvalorização pessoal não ter sido eficaz. Note-se que os jovens estavam a participar no estudo por vontade própria, o que não acontece durante os

interrogatórios policiais. Outra limitação foi o número reduzido de sujeitos que constituíram o subgrupo de desvalorização pessoal, que pode ter contribuído para as diferenças observadas não serem estatisticamente significativas. Apesar da atribuição aleatória dos sujeitos a cada grupo, a condição experimental reuniu os jovens com maior autoeficácia. No entanto, não se sabe, se tal se deveu à aplicação do ICAC (Serra, 1995) após a destruição da torre Lego, o que pode ter influenciado as respostas a este questionário no sentido dos sujeitos transmitirem uma imagem mais positiva de si ou se, por acaso, aqueles jovens apresentavam mesmo maior autoeficácia. Neste sentido, o ICAC deveria ter sido administrado antes da GSS1 ou antes da tarefa de construção da torre. Não se ter avaliado a autoestima, constitui outra limitação deste estudo. Contudo, a escolha do ICAC deveu-se à necessidade de avaliar também o autoconceito e outros constructos, nomeadamente o fator autoeficácia.

Em próximos estudos seria importante recolher uma amostra mais alargada, de modo a existir maior número de pessoas que sintam desvalorização pessoal. Seria também necessário ter em atenção que a indução experimental de desvalorização pessoal é condicionada por características individuais, sendo importante analisar em separado os sujeitos pertencentes a este grupo, especialmente no que concerne à atribuição causal do insucesso e aos sentimentos que experienciam. A avaliação das estratégias de *coping* utilizadas pelos sujeitos poderia ser interessante para compreender os resultados deste estudo. Apesar de não se terem verificado vários dos resultados previstos, este estudo pode servir como ponto de partida para se poder aprofundar a importância da desvalorização pessoal relativamente à sugestibilidade interrogativa e, assim, contribuir para a investigação na área dos testemunhos e das falsas confissões.

Conclusões

Ao longo dos anos, tem-se assistido a condenações de sujeitos por crimes que não cometeram, influenciadas por testemunhos e/ou confissões falsas decorrentes de distorções da memória (Kassin et al., 2010; Loftus, 2008; Wilcock et al., 2012). Muitas vezes esta problemática começa nos interrogatórios policiais, que utilizam a manipulação psicológica, pressão interrogativa e falsas acusações, assim como o isolamento, técnicas

coercivas, confrontação e ausência de apoio social (Gudjonsson, 2010; Kassin & Gudjonsson, 2004; Meyer & Reppuci, 2007). Todos estes fatores podem afetar negativamente a memória constituindo fatores de risco situacionais. Em conjugação com estes, é preciso ter em conta a vulnerabilidade psicológica de cada indivíduo, que o torna mais ou menos frágil perante a sugestionabilidade (Gudjonsson, 2003, 2010).

O ser humano enquanto ser social interessa-se por perceber de que modo é avaliado pelos outros, executando as tarefas da melhor forma, incrementando esforços para obtenção de melhores resultados, no sentido de ser percecionado de forma positiva. No entanto, quando o seu trabalho e esforço são criticados e descredibilizados, desenvolvem-se sentimentos de desvalorização pessoal que levam a avaliar-se de forma menos positiva, expressando sentimentos de inutilidade, fracasso e incapacidade (Mónico, 2003; Owens, 1993, 1994). Estes sentimentos de desvalorização pessoal vão influenciar a escolha das estratégias de *coping* a utilizar, as expectativas sobre a situação, a motivação e o investimento nas tarefas, e potenciar o surgimento de sentimentos de ansiedade, raiva e frustração. Em situações de interrogatório policial, em muitas ocasiões, provoca-se a desvalorização pessoal nas testemunhas, quer através da descredibilização, da coerção, do isolamento, do estilo diretivo utilizado que não deixa espaço para o sujeito se expressar, mediante técnicas de manipulação psicológica (Kassin et al., 2007).

Tendo em conta estas situações no contexto de interrogatório policial, o presente estudo foi delineado com o propósito de analisar a influência da desvalorização pessoal na sugestionabilidade interrogativa. Verificou-se que no grupo submetido a desvalorização pessoal, os indivíduos que experienciaram sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal apresentam maior sugestionabilidade do que os indivíduos que ficaram indiferentes perante a destruição da torre Lego e atribuíram culpabilização a causas externas, sendo esta diferença estatisticamente significativa. Ao comparar-se a sugestionabilidade interrogativa dos sujeitos que experienciaram sentimentos negativos/ culpabilização interna/ desvalorização pessoal com o grupo de controlo (não submetido à indução experimental de desvalorização pessoal) não se encontraram resultados estatisticamente significativos, apesar de os primeiros também apresentarem valores mais elevados nas medidas de

sugestionabilidade. Estes resultados indicam que, apesar da diferença não alcançar o limiar de significância estatística, a desvalorização pessoal poderá aumentar a sugestionabilidade interrogativa, no que concerne às medidas da GSS, nomeadamente os resultados *pré-feedback* que são os mais afetados pela escolha de estratégias de *coping*.

Na prática, este estudo vai ao encontro da necessidade da utilização de técnicas e de um ambiente de interrogatório policial não coercivos, no qual devem predominar questões abertas e valorização do trabalho e esforço do sujeito para se recordar da situação que está a ser inquirida.

Bibliografia

- Albuquerque, P. B., & Santos, J. A. (1999). “Jura dizer a verdade?...”: Traições e fidelidades dos processos mnésicos. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 257-266.
- Alexander, K. W., Goodman, G. S., Schaaf, J. M., Edelstein, R. S., Quas, J. A., & Shaver, P. R. (2002). The role of attachment and cognitive inhibition in children’s memory and suggestibility for a stressful event. *Journal of Experimental Child Psychology*, 83, 262-290.
- Ariely, D., Kamenica, E., & Prelec, D. (2008). Man’s search for meaning: The case of Legos. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 67, 671-677. doi:10.1016/j.jebo.2008.01.004
- Bacchini, D. & Magliulo, F. (2003). Self-image and perceived self-efficacy during adolescence. *Journal of youth and adolescence*, 32, 337-349.
- Bain, S. A., & Baxter, J. S. (2000). Interrogative suggestibility: the role of interviewer behaviour. *Legal and Criminological Psychology*, 5, 123-133.
- Bain, S. A., Baxter, J. S., & Fellowes, V. (2004). Interacting influences on interrogative suggestibility. *Legal and Criminological Psychology*, 9, 239-252.
- Bain, S.A., McGroarty, A., & Runcie, M. (2015). Coping strategies, self-esteem and levels of interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 75, 85-89. doi: 10.1016/j.paid.2014.11.003
- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84, 191-215.
- Bandura, A., & Cervone, D. (1989). Differential engagement of self reactive influences in cognitive motivation. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 38, 92–113.
- Barros, J. H., Barros, A. M., & Neto, F. (1993). Locus de controlo e outros construtos afins. In J. H. Barros, A. M., Barros, & F. Neto (Eds.), *Psicologia do controlo pessoal* (pp. 35-48). Braga: Universidade do Minho Instituto de Educação.
- Bartlett, F. C. (1932). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Baumeister, R. F., (1982). Self-esteem, self-presentation, and future interaction: A dilemma of reputation. *Journal of Personality*, 50, 29-

45.

- Baxter, J. S., & Boon, J. C. W. (2000). Interrogative suggestibility: The importance of being earnest. *Personality and Individual Differences*, 28, 753-762. doi:10.1016/S0191-8869(99)00136-1
- Baxter, J. S., Jackson, M., & Bain, S. A. (2003). Interrogative suggestibility: Interactions between interviewees' self-esteem and interviewer style. *Personality and Individual Differences*, 35, 1285-1292. doi:10.1016/S0191-8869(02)00349-5
- Bem, D. J. (1967). Self-perception: An alternative interpretation of cognitive dissonance phenomena. *Psychological Review*, 74, 183-200.
- Bernheim, H. (1910). *Hypnotisme et suggestion*. Paris: Doin.
- Bertrand, A. (1823). *Traité du somnambulisme*. Paris: Dentu.
- Bianco, A., & Curci, A. (2015). Measuring interrogative suggestibility with the Italian version of the Gudjonsson Suggestibility Scales (GSS): factor structure. *Personality and Individual Differences*, 82, 258-265. doi:10.1016
- Binet, A. (1900). *La suggestibilité*. Paris: Doin.
- Braid, J. (1846). *The powers of the mind over the body*. London: Churchill.
- Brown, J. D., & Dutton, K. A. (1995). The thrill of victory, the complexity of defeat: Self-esteem and people's reactions to success and failure. *Journal of Personality and Social Psychology*, 4, 712-722.
- Bruck, M., Ceci, S. J., Francoeur, E., & Barr, R. (1995). "I hardly cried when I got my shot!" Influencing children's reports about a visit to their pediatrician. *Child Development*, 66, 193-208.
- Bruck, M., Ceci, S.J., & Hembrooke, H. (1998). Reliability and credibility of young children's reports. *American Psychologist*, 2, 136-151.
- Bruck, M., & Melnyk, L. (2004). Individual differences in children's suggestibility: A review and synthesis. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 947-996. doi:10.1002/acp.1070
- Burgwyn-Bailes, E., Baker-Ward, L., Gordon, B. N., & Ornstein, P. A. (2001). Children's memory for emergency medical treatment after one year: The impact of individual difference variables on recall and suggestibility. *Applied Cognitive Psychology*, 15, 25-48. doi:10.1002/acp.833
- Calicchia, J. A., & Santostefano, S. (2004). The assessment of interrogative suggestibility in adolescents: Modalities, gender, and cognitive

- control. *North American Journal of Psychology*, 6, 1-12.
- Cattell, J. M. (1895). Measurements of the accuracy of recollection. *Science*, 2, 761–766.
- Ceci, S. J., & Bruck, M. (1993). Suggestibility of the child witness: A historical review and synthesis. *Psychological Bulletin*, 113, 403-439.
- Chae, Y., & Ceci, S. J. (2005). Individual differences in children’s recall and suggestibility: The effect of intelligence, temperament, and self-perceptions. *Applied Cognitive Psychology*, 19, 383-407. doi: 10.1002/acp.1094
- Cheng, C., & Cheung, M. W. L. (2005). Cognitive processes underlying coping flexibility: Differentiation and integration. *Journal of Personality*, 73, 859–886.
- Clarke-Stewart, K. A., Malloy, L. C., & Allhusen, V. D. (2004). Verbal ability, self-control, and close relationships with parents protect children against misleading suggestions. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 1037-1058. doi: 10.1002/acp.1076
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Connolly, D.A., & Price, H.L. (2006). Children’s suggestibility for an instance of a repeated event versus a unique event: The effect of degree of association between variable details. *Journal of Experimental Child Psychology*, 93, 207-223.
- Constanzo, M., Gerrity, E., & Lykes, M. B. (2007). Psychologists and the use of torture in interrogations. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 7, 7-20.
- Correia, P. M. F. (2013). *O papel de uma co-testemunha na sugestionabilidade interrogativa: influência do conhecimento das respostas de um indivíduo considerado credível no desempenho da GSS2*. (Tese de Mestrado Integrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Cunha, A. I. Q. (2010). *A sugestionabilidade interrogativa em crianças: o papel da idade e das competências cognitivas*. (Tese de Doutoramento não publicada). Escola de Psicologia da Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Cunha, A. Q., Albuquerque, P. B., & Freire, T. (2007). Sugestionabilidade

- em crianças: Definição de conceitos e análise de variáveis cognitivas. *Psychologica*, 46, 125-141.
- Davis, S. L., & Bottoms, B. L. (2002). Effects of social support on children's eyewitness reports: A test of the underlying mechanism. *Law and Human Behavior*, 26, 185- 215. doi: 0147-7307/02/0400-0185/1
- Dood, D. H., & Bradshaw, J. M. (1980). Leading questions and memory: Pragmatic constraints. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 19, 695-704.
- Drake, K. E. (2009). *The psychology of interrogative suggestibility*. (Tese de Doutorado). University of Leicester, Leicester, United Kingdom.
- Drake, K. E. (2014). The role of trait anxiety in the association between the reporting of negative life events and interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 60, 54-59. doi:10.1016/j.paid.2013.12.01
- Drake, K. E., Bull, R., & Boon, J. (2008). Interrogative suggestibility, self-esteem, and the influence of negative life events. *Legal and Criminological Psychology*, 13, 299-307. doi:10.1348/135532507X209981
- Ducan, E. M., Whitney, P., & Kunen, S. (1982). Integration of visual and verbal information in children's memories. *Child Development*, 53, 1215-1223.
- Eisen, M. L., Quin, J., Goodman, G. S., & Davis, S. L. (2002). Memory and suggestibility in maltreated children: Age, stress arousal, dissociation and psychopathology. *Journal of Experimental Child Psychology*, 83, 167-212.
- Endres, J., Poggenpohl, C., & Erben, C. (1999). Repetitions, warnings and video: cognitive and motivational components in preschool children's suggestibility. *Legal and Criminological Psychology*, 4, 129-146.
- Eysenck, H. J. (1943). Suggestibility and hysteria. *Journal of Neurological Psychiatry*, 6, 22-31.
- Eysenck, H. J., & Furneaux, W. D. (1945). Primary and secondary suggestibility: An experimental and statistical study. *Journal of Experimental Psychology*, 35, 485-503.
- Finnila, K., Mahlberg, N., Santtila, P., Sandnabba, K., & Niemi, P. (2003). Validity of a test of children's suggestibility for predicting responses

- to two interview situations differing in their degree of suggestiveness. *Journal of Experimental Child Psychology*, 85, 32-49. doi:10.1016/S0022-0965(03)00025-0
- Fiske, A. P., Kitayama, S., Markus, H. R., & Nisbett, R. E. (1998). The cultural matrix of social psychology. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology* (pp. 915-981). New York: Oxford University Press.
- Flin, R., Boon, J., Knox, A., & Bull, R. (1992). The effect of a five-month delay on children's and adults' eyewitness memory. *British Journal of Psychology*, 87, 323-336.
- Franke, N., Schreier, M., & Kaiser, U. (2010). The "I designed it myself" Effect in mass customization. *Management Science*, 56, 125-140. doi: 10.1287/mnsc.1090.1077
- Geddie, L., Fradin, S., & Beer, J. (2000). Child characteristics which impact accuracy of recall and suggestibility in preschoolers: Is age the best predictor?. *Child Abuse & Neglect*, 24, 223-235.
- Gignac, G.E. & Powell, M.B. (2009). A psychometric evaluation of the Gudjonsson Suggestibility Scales: problems associated with measuring suggestibility as a difference score composite. *Personality and Individual Differences*, 46, 88-93. doi: 10.1016/j.paid.2008.09.007
- Giles, J. W., Gopnik, A., & Heyman, G. D. (2002). Source monitoring reduces the suggestibility of preschool children. *Psychological Science*, 13, 288-291.
- Gudjonsson, G. H. (1984). A new scale of interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 5, 303-314.
- Gudjonsson, G. H. (1988). Interrogative suggestibility: Its relationship with assertiveness, social-evaluative anxiety, state anxiety and method of coping. *British Journal of Clinical Psychology*, 27, 159-166.
- Gudjonsson, G. H. (1997). *The Gudjonsson Suggestibility Scales Manual*. Hove: Psychology Press.
- Gudjonsson, G. H. (2003). *The psychology of interrogations and confessions: A handbook*. Chichester: Wiley.
- Gudjonsson, G.H. (2010). The psychology of false confessions: a review of the current evidence. In G.D. Lassiter & C.A. Meissner (Ed.), *Police Interrogations and False Confessions*. (pp. 31-48). Washington, DC:

- American Psychological Association.
- Gudjonsson, G. H., Sigurdsson, J. F., & Einarsson, E. (2004). The role of personality in relation to confessions and denials. *Psychology, Crime & Law, 10*, 125-135. doi:10.1080/10683160310001634296
- Henry, L. A., & Gudjonsson, G. H. (2003). Eyewitness memory, Suggestibility, and repeated recall sessions in children with mild and moderate intellectual disabilities. *Law and Human Behavior, 27*, 481-505.
- Henry, L. A., & Gudjonsson, G. H. (2004). The effects of memory trace strength on eyewitness recall in children with and without intellectual disabilities. *Journal of Experimental Child Psychology, 89*, 53-71. doi:10.1016/j.jecp.2004.05.002
- Henry, L. A., & Gudjonsson, G. H. (2007). Individual and developmental differences in eyewitness recall and suggestibility in children with intellectual disabilities. *Applied Cognitive Psychology, 21*, 361-381. doi: 10.1002/acp.1280
- Higgins, E. T., Klein, R., & Strauman, T. (1985). Self-concept discrepancy theory: A psychological model for distinguishing among different aspects of depression and anxiety. *Social Cognition, 3*, 51-76.
- Howard, R. & Hong, S. (2002). Effects of coping style on interrogative suggestibility. *Personality and Individual Differences, 33*, 479-485.
- Howie, P. M., & Dowd, H. J. (1996). Self-esteem and the perceived obligation to respond: Effects on children's testimony. *Legal and Criminological Psychology, 1*, 197-209.
- Imhoff, M. C., & Baker-Ward, L. (1999). Preschoolers' suggestibility: Effects of developmentally appropriate language and interviewer supportiveness. *Journal of Applied Developmental Psychology, 20*, 407-429.
- Inbau, F. E., Reid, J.E., Buckley, J. P., & Jayne, B. C. (2004). *Criminal interrogation and confessions*. Boston: Jones and Bartlett Publishers.
- Kassin, S. M. (2005). On the Psychology of Confessions: Does Innocence Put Innocents at Risk?. *American Psychological Association, 60*, 215-228. doi: 10.1037/0003-066X.60.3.215
- Kassin, S. M. (2008). False Confessions: Causes, consequences, and Implications for Reform. *Current Directions in Psychological Science, 4*, 249-253.

- Kassin, S. M., Drizin, S. A., Grisso, T., Gudjonsson, G. H., Leo, R. A., & Redlich, A. D. (2010). Police-Induced Confessions: Risk Factors and Recommendations. *Law and Human Behavior, 34*, 3-38. doi: 10.1007/s10979-009-9188-6
- Kassin, S. M., Goldstein, C. C., & Savitsky, K. (2003). Behavioral confirmation in the interrogation room: On the dangers of presuming guilt. *Law and Human Behavior, 27*, 187-203.
- Kassin, S. M., & Gudjonsson, G. H. (2004). The psychology of confessions: A review of the literature and issues. *American Psychological Society, 5*, 33-67.
- Kassin, S. M., Leo, R. A., Meissner, C. A., Richman, K. D., Colwell, L. H., Leach, A., Fon, D.L. (2007). Police interviewing and interrogation: A self-report survey of police practices and beliefs. *Law and Human Behavior, 31*, 381-400. doi 10.1007/s10979-006-9073-5
- Kemper, T. D. (1987). How many emotions are there? Wedding the social and the autonomic components. *American Journal of Sociology, 93*, 263-289.
- Leary, M. R. & Kowalsky, R. M. (1990). Impression management: A literature review and two-component model. *Psychological Bulletin, 107*, 34-47.
- Lee, K. (2004). Age, neuropsychological, and social cognitive measures as predictors of individual differences in susceptibility to the misinformation effect. *Applied Cognitive Psychology, 18*, 997-1019. doi: 10.1002/acp.1075
- Leichtman, M. D., Morse, M. B., Dixon, A., & Spiegel, R. (2000). Source monitoring and suggestibility: An individual differences approach. In K. P. Roberts & M. Blades (Eds.), *Children's source monitoring* (pp. 257-287). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Leo, R. A. (1992). From coercion to deception: The changing nature of police interrogation in America. *Crime, Law and Social Change, 18*, 35-59.
- Leo, R. A., & Ofshe, R. J. (2001). The truth about false confessions and advocacy scholarship. *The Criminal Law Bulletin, 37*, 293-370.
- Liebman, J. I., McKinley-Pace, M. J., Leonard, A. M., Sheesley, L. A., Gallant, C. L., Renkey, M. E., & Lehman, E. B. (2002). Cognitive and psychosocial correlates of adults' eyewitness accuracy and

- suggestibility. *Personality and Individual Differences*, 33, 49-66.
- Loftus, E. F. (2003). Make-believe memories. *American Psychologist*, 58, 867-874.
- Loftus, E. (2008). Crimes da memória: memórias falsas e justiça social. In A.C. Fonseca (Ed.), *Psicologia e Justiça* (pp. 331-339). Coimbra: Almedina.
- Loftus, E. F., & Bernstein, D. M. (2005). Rich false memories: The royal road to success. In A. F. Healy (Ed.), *Experimental cognitive psychology and its applications* (pp. 101-113). Washington DC: American Psychological Association Press.
- London, K., Bruck, M., Ceci, S. J., & Shuman, D. W. (2005). Disclosure of child sexual abuse: What does the research tell us about the ways that children tell?. *Psychology, Public Policy and Law*, 11, 194-226. doi: 10.1037/1076-8971.11.1.194
- Markus, H.R. & Kitayama, S. (2010). Cultures and selves: a cycle of mutual constitution. *Perspectives on Psychological Science*, 5, 420-430. doi: 10.1177/1745691610375557
- Maslow, A. H. (1970). Unmotivated behavior. In A. H. Maslow (Ed.), *Motivation and personality* (pp.62-72). New York: Longman.
- McDougall, W. (1908). *An introduction to social psychology*. London: Methuen.
- McFarlane, F., Powell, M. B., & Dudgeon, P. (2002). An examination of the degree to which IQ, memory performance, socio-economic status and gender predict young children's suggestibility. *Legal and Criminological Psychology*, 7, 227-239.
- McGroarty, A. & Baxter, J.S. (2007). Interrogative pressure in simulated forensic interviews: the effects of negative feedback. *British Journal of Psychology*, 98, 455-465. doi: 10.1348/000712606X147510
- McGroarty, A. & Baxter, J.S. (2009). Interviewer behaviour, interviewee self-esteem and response change in simulated forensic interviews. *Personality and Individual Differences*, 47, 642-646. doi:10.1016/j.paid.2009.05.024
- Merckelbach, H., Muris, P., Wessel, I., & Koppen, P.J. (1998). The Gudjonsson Suggestibility Scale (GSS): further data on its reliability, validity, and metacognition correlates. *Social Behavior and Personality*, 26, 203-210.

- Meyer, J. R., & Reppuci, N. D. (2007). Police practices and perceptions regarding juvenile interrogation and interrogative suggestibility. *Behavioral Sciences and the Law*, 25, 757-780. doi: 10.1002/bsl.774
- Michel, M. K., Gordon, B. N., & Ornstein, P. A., & Simpson, M.A. (2000). The abilities of children with mental retardation to remember personal experiences: Implications for testimony. *Journal of Clinical Child Psychology*, 29, 453-463.
- Milne, R., Clare, I. C. H., & Bull, R. (2002). Interrogative suggestibility among witness with mild intellectual disabilities: The use of an adaptation of the GSS. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 15, 8-17.
- Mónico, L. S. (2003). O Self que conhecemos e o Self que mostramos. In L. S. Mónico, (Ed.), *Autopercepção da beleza física e estratégias de auto-apresentação em contextos de sedução* (pp. 71-112). Porto: FPCEUP.
- Moses, M., & Duvall, R. (1960). Depreciation and the self concept. *Journal of clinical psychology*, 16, 387-389.
- Motzkau, J. (2005). Cross-examining suggestibility: Memory, childhood, expertise-children`s testimony between psychological research and juridicial practice. In A. Czerederecka, T. Jaskiewicz-Obydzinska, R. Roesch, & J. Wojcikiewicz (Eds.), *Forensic psychology and law: Facing the challenges of a changing world* (pp. 201-212). Poland: Krakow.
- Munsterberg, H. (1908). *On the witness stand*. Garden City, NY: Doubleday.
- Muris, P., Meesters, C., & Merckelbach, H. (2004). Correlates of the Gudjonsson Suggestibility Scale in delinquent adolescents. *Psychological Reports*, 94, 264-266. doi: 10.2466/pr0.94.1.264-266
- Neves, D. S. R. (2009). *Estudo da sugestionabilidade interrogativa em amostras da população forense, adolescente e adulta, não institucionalizada*. (Tese de Mestrado Integrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Neves, D. S., Pinho, M. S., & Faria, M. (2011). Sugestionabilidade interrogativa: Implicações para a assessoria técnica a tribunais e para a intervenção com delinquentes. *Ousar e Integrar: Revista de Reinserção Social e Prova*, 4, 67-77.

- Norton, M. I., Mochon, D., & Ariely, D. (2012). The IKEA effect: When labor leads to love. *Journal of Consumer Psychology, 22*, 453-460. doi: 10.1016/j.jcps
- Ofshe, R. J., & Leo, R. A. (1997). The social psychology of police interrogation: The theory and classification of true and false confessions. *Law, Politics and Society, 16*, 1-99.
- Ordi, H. G., & Miguel-Tobal, J. J. (1999). Características de la sugestionabilidade y su relación com otras variables psicológicas. *Anales de Psicologia, 15* (1), 57-75.
- Ornstein, P. A., Gordon, B. N., & Larus, D. M. (1992). Children's memory for a personally experienced event: Implications for testimony. *Applied Cognitive Psychology, 6*, 49-60.
- Owen-Kostelnik, J., Reppucci, N. D., & Meyer, J. R. (2006). Testimony and interrogation of minors: Assumptions about maturity and morality. *American Psychological Association, 61*, 286-304. doi: 10.1037/0003-066X.61.4.286
- Owens, T. J. (1993). Accentuate the positive- and the negative: Rethinking the use of self-esteem, self-deprecation, and self-confidence. *Social Psychology Quarterly, 56*, 288-299.
- Owens, T. J. (1994). Two dimensions of self-esteem: Reciprocal effects of positive self-worth and self-deprecation on adolescent problems. *American Sociological Review, 59*, 391-407.
- Oyserman, D. & Markus, H. R. (1998). Self as social representation. In U. Flick (Eds.), *The psychology of the social* (pp.107-125). Cambridge: Cambridge University press.
- Peck, J., & Shu, S. B. (2009). The effect of more touch on perceived ownership. *Journal of Consumer Research, 36*, 434-447.
- Peiffer, L.C. & Trull, T.J. (2000). Predictors of suggestibility and false-memory production in young adult women. *Journal of Personality Assessment, 74*, 384-399.
- Penajoia, M. S. F. (2012). *Estudo da sugestionabilidade interrogativa em reclusos*. (Tese de Mestrado Integrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2014). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS (6ª ed.)*. Lisboa: Edições

Sílabo.

- Pezdek, K., & Roe, C. (1995). The effect of memory trace strength on suggestibility. *Journal of Experimental Child Psychology*, *60*, 116-128.
- Pierce, J. L., Kostova, T., & Dirks, K. T. (2003). The state of psychological ownership: Integrating and extending a century of research. *Review of General Psychology*, *7*, 84-107.
- Pinho, M. S. (2002). Considerações sobre a memória de testemunhos. *Psychologica*, *30*, 335-344.
- Pinho, M. S. (2008). Factores que influenciam a memória das testemunhas oculares. In A. C. Fonseca (Ed.), *Psicologia e Justiça*. (pp. 299-330). Coimbra: Almedina.
- Pires, R., Silva, D. R., & Ferreira, A. S. (2013). Portuguese adaptation of the Gudjonsson Suggestibility Scales (GSS1 and GSS2): Empirical findings. *Personality and Individual Differences*, *54*, 251-255.
- Polczyk, R. (2005). Interrogative suggestibility: Cross-cultural stability of psychometric and correlational properties of the Gudjonsson Suggestibility Scales. *Personality and Individual Differences*, *38*, 177-186. doi:10.1016/j.paid.2004.03.018
- Quas, J.A., Goodman, G.S., Bidrose, S., Pipe, M., Craw, S., & Ablin, D.S. (1999). Emotion and memory: children's long-term remembering, forgetting, and suggestibility. *Journal of Experimental Child Psychology*, *72*, 235-270.
- Quas, J. A., & Schaaf, J. M. (2002). Children's memories of experienced and nonexperienced events following repeated interviews. *Journal of Experimental Child Psychology*, *83*, 304-338.
- Richardson, G., & Kelly, T. P. (2004). A study in the relationship between interrogative suggestibility, compliance and social desirability in institutionalised adolescents. *Personality and Individual Differences*, *36*, 485-494. doi:10.1016/S0191-8869(03)00263-0
- Ridley, A. M. (2013). Suggestibility: A history and introduction. In A. M., Ridley F. Gabbert, & D. J. Rooy (Eds.), *Suggestibility in legal contexts* (pp.1-19). Wiley: Blackwell.
- Ridley, A .M., & Clifford, B. R. (2004). The effects of anxious mood induction on suggestibility to misleading post-event information. *Applied Cognitive Psychology*, *18*, 233-244. doi: 10.1002/acp.963

- Ridley, A. M., & Clifford, B. R. (2006). Suggestibility and state anxiety: How the two concepts relate in a source identification paradigm. *Memory, 14*, 37-45. doi:10.1080/09658210444000494
- Ridley, A. M., Clifford, B. R., & Keogh, E. (2002). The effects of state anxiety on the suggestibility and accuracy of child eyewitness. *Applied Cognitive Psychology, 16*, 547-558. doi: 10.1002/acp.813
- Ridley, A.M., Gabbert, F., & Rooy, D.J. (2013). Suggestibility in legal contexts: what do we know?. In A. M. Ridley, F., Gabbert, & D. J. Rooy (Eds.), *Suggestibility in legal contexts* (pp.217-228). Wiley: Blackwell.
- Ridley, A. M. & Gudjonsson, G. H. (2013). Suggestibility and individual differences: Psychosocial and memory measures. In A. M. Ridley, F., Gabbert, & D. J. Rooy (Eds.), *Suggestibility in legal contexts* (pp.85-106). Wiley: Blackwell.
- Roebbers, C. M., & Schneider, W. (2001). Individual differences in children's eyewitness recall: The influence of intelligence and shyness. *Applied Developmental Science, 5*, 9-20. doi: 10.1207/S1532480XADS0501_2
- Roebbers, C. M., & Schneider, W. (2005). Individual differences in young children's suggestibility: Relations to event memory, language abilities, working memory, and executive functioning. *Cognitive Development, 20*, 427-447. doi:10.1016/j.cogdev.2005.05.006.
- Roseman, I. J., Spindel, M. S., & Jose, P. E. (1990). Appraisals of emotion-eliciting events: Testing a theory of discrete emotions. *Journal of Personality and Social Psychology, 59*, 899-915.
- Scheff, T. J. (1987). Shame and conformity: The difference emotion system. *American Sociological Review, 53*, 395-406.
- Scullin, M. H., & Ceci, S. J. (2001). A suggestibility scale for children. *Personality and Individual Differences, 30*, 843-856.
- Serra, A.V. (1986). O "Inventário Clínico de Auto-Conceito". *Psiquiatria Clínica, 7*, 67-84.
- Serra, A. V. (1995). Inventário Clínico de Auto-Conceito. In L. S. Almeida, M. R. Simões & M. M. Gonçalves (Eds.), *Provas psicológicas em Portugal* (pp.151-163). Braga: APPORT.
- Sharma, A., & Sharma, A. (2012). Impression management works in career success: myth or reality?. *International Journal of Research in Social*

- Sciences*, 2, 350-368.
- Shrimpton, S., Oates, K., & Hayves, S. (1998). Children's memory of events: Effects of stress, age, time delay and location of interview. *Applied Cognitive Psychology*, 12, 133-143.
- Siegel, J. M., & Loftus, E. F. (1978). Impact of anxiety and life stress upon eyewitness testimony. *Bulletin of the Psychonomic Society*, 12, 479-480.
- Silva, F. S. F. (2011). *Estudo da sugestibilidade interrogativa numa amostra de jovens estudantes portuguesas*. (Tese de Mestrado Integrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Smith, P. & Gudjonsson, G.H. (1995). Confabulation among forensic inpatients and its relationship with memory, suggestibility, compliance, anxiety, and self-esteem. *Personality and Individual Differences*, 19, 517- 523.
- Soriano, L. J. (2000). *Self-esteem in young adolescents: Emotional and cognitive reactions to success and failure*. (Tese de doutoramento não publicada), University of Washington, Washington, EUA.
- Stern, W. (1910). Abstracts of lectures on the psychology of testimony and on the study of individuality. *American Journal of Psychology*, 21, 270-282.
- Thierry, K. L., Spence, M. J., & Memon, A. (2001). Before misinformation is encountered: Source monitoring decreases child witness suggestibility. *Journal of Cognition and Development*, 2, 1-26. doi: 10.1207/S15327647JCD0201_1
- Vrij, A., & Bush, N. (2000). Differences in suggestibility between 5-6 and 10-11year olds: The relationship with self-confidence. *Psychology, Crime & Law*, 6, 127-138. doi: 10.1080/10683160008410837
- Weiner, B. (1986). *An attributional theory of motivation and emotion*. New York: Springer-Verlag.
- Wilcock, R., Bull, R., & Milne R. (2012). *Witness Identification in criminal cases*. Oxford: University Press.
- Williams, L. A., & DeSteno, D. (2008). Pride and perseverance: The motivational role of pride. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84, 1007-1017. doi: 10.1037/0022-3514.94.6.1007.
- Wolfradt, U., & Meyer, T. (1998). Interrogative suggestibility, anxiety and

- dissociation among anxious patients and normal controls. *Personality and Individual Differences*, 25, 425-432.
- Yarmey, A. D. (2006). Depoimentos de testemunhas oculares e auriculares. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, M. C. Simões, & M. S. Pinho (Eds.), *Psicologia forense* (pp. 227-258). Coimbra: Almedina.
- Young, K., Powell, M. B., & Dudgeon, P. (2003). Individual differences in children's suggestibility: A comparison between intellectually disabled and mainstream samples. *Personality and Individual Differences*, 35, 31-49.
- Zou, J. B. & Abbott, M. J. (2012). Self-perception and rumination in social anxiety. *Behaviour Research and Therapy*, 50, 250-257. doi: 10.1016/j.brat.2012.01.007

Anexos

Questionário *ad hoc* sobre o empenhamento nas tarefas e a desvalorização pessoal

Nome: _____

Idade: ____ Data de Nascimento: ____/____/____ Sexo: M. – F. Ano de Escolaridade:

Instruções:

Neste questionário vai encontrar um conjunto de afirmações acerca da maneira como pensa sobre si próprio em algumas situações e na execução de algumas tarefas. O que vou pedir-lhe para fazer é que leia com atenção cada afirmação e que coloque uma cruz no local que melhor o/a caracteriza. É importante saber que não há respostas certas nem erradas, só você poderá dizer o que pensa de si mesmo, por isso esperamos que seja o mais sincero/a possível.

Para responder, utilize as seguintes opções:

- 1 – Não concordo
- 2 – Concordo pouco
- 3 – Concordo moderadamente
- 4 – Concordo muito
- 5 – Concordo totalmente

-
- | | |
|---|-------|
| 1- Quando não consigo fazer uma coisa à primeira insisto e continuo a tentar até conseguir. | 12345 |
| 2- Gosto de fazer construções do tipo Lego. | 12345 |
| 3- Sinto insegurança acerca da minha capacidade para fazer coisas. | 12345 |
| 4- Gosto sempre de me sair bem nas coisas que faço. | 12345 |
| 5- Sinto alegria no trabalho que faço. | 12345 |
| 6- Dou importância à opinião dos outros sobre o meu trabalho. | 12345 |
| 7- Envolve-me nas atividades que desenvolvo. | 12345 |
| 8- Ficaria aborrecido/a se alguém destruísse um trabalho que acabo de realizar. | 12345 |
| 9- Considero que a construção de Legos é uma tarefa interessante. | 12345 |
| 10- Se uma coisa me parece muito complicada, não tento sequer realizá-la. | 12345 |
| 11- Valorizo o trabalho que faço. | 12345 |
-

Questionário *ad hoc* sobre o empenhamento nas tarefas e a desvalorização pessoal (cont.)

Parte II:

Agora, vou pedir-lhe que se centre sobre o que acabou de acontecer, i. e. sobre o facto de eu ter desmanchado a torre Lego que construiu. Responda às seguintes questões de forma sincera:

O que pensou/ sentiu quando a torre Lego começou a ser desmontada?

O que pensou/ sentiu após a destruição da torre Lego?

Se lhe pedisse para construir a torre Lego novamente, o que me diria/ faria/pensaria?

Obrigada pela sua colaboração!
